

CAPÍTULO II

CONDIÇÕES SOCIAIS E DINÂMICAS CULTURAIS DOS JOVENS PORTUGUESES

1. A Juventude Portuguesa Como Objecto de Estudo
2. O Acesso à Vida Activa: *Prolongamentos e Antecipações*
3. Tendências actuais da inserção dos jovens portugueses no mercado de trabalho
4. Imagens e Representações da Escola
5. A Participação Social e Política
6. Culturas Juvenis e Modos de Vida
7. *A sociologia da pós-linearidade: desenvolvimentos recentes em Ganchos Tachos e Biscates* (J. Machado Pais)

*Os mais jovens encurralados
em becos rasos de seringas
contrafeitos mercados
em praças e ruas
ruelas e avenidas
envergonhadas
e mais anuladas
as mãos estendidas
de arrumadores*

FAUSTO Bordalo Dias, *A Ópera Mágica do Cantor Maldito*, 2003

Quem pretenda estudar sociologicamente os jovens e a juventude em Portugal corre o risco de se submeter à tensão dilemática do conhecido e do que se pode ainda conhecer, ou se preferirmos, de ser capaz de captar as influências/ interferências que o conhecimento instituído sobre uma determinada problemática exerce na focalização de novos objectos similares e/ou concomitantes. Se, por um lado, o acervo investigativo acumulado desde o início da década de oitenta facilita a tarefa ao neófito nas questões juvenis, nomeadamente ao permitir a reconstituição de tempos e de lugares a partir de textos e contextos histórica e culturalmente significativos na evolução da sociedade portuguesa, e deste modo a pesquisa só tem a

ganhar com o acesso a um leque de ferramentas teórico-conceituais empiricamente testadas e epistemologicamente reflectidas; por outro lado, decorrente da amplitude, diversidade e qualidade teóricas e empíricas desses trabalhos — de entre os quais se salientam os contributos, individuais e colectivos, de um número considerável de trabalhos de investigação produzidos a partir do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e que constituem referências obrigatórias no conhecimento da problemática da juventude —, e sendo nós sensíveis às regras do *métier* por que nos orientamos, não raras vezes nos assalta a dúvida se valerá a pena enveredar por um percurso já suficientemente desvendado, sem que o nosso esforço possa ser traduzido num tributo, mesmo que modesto, adicionável ao espólio da sociologia da juventude. O mapeamento exaustivo de domínios identitários e estruturadores dos interesses, dos problemas e dos quotidianos de cidadãos portugueses que têm em comum a particularidade de pertencer a uma mesma faixa etária — de limites incertos, sublinhe-se, e subordinada a parâmetros fixados por razões mais de ordem política e institucional (cf. Blöss, 1994), do que obedecendo a critérios biológicos, psicológicos e, *lato sensu*, naturais (cf. Bourdieu, 1984) —, convidam a quem se interessa pela problemática da juventude a assumir-se mais como *consumidor* de literatura científica de referência, publicada regularmente e de forma substancial no âmbito do Observatório Permanente da Juventude¹, do que se constituir igualmente como *produtor* de novos conhecimentos sobre esta realidade social.

Entretanto, se há um relativo consenso entre os autores que têm abordado a juventude de ponto de vista sociológico, ele radica na aceitação da pluralidade das diversas situações juvenis. O trabalho de desconstrução de uma perspectiva unitária e homogénea deste segmento populacional em muito é devedor dos aludidos trabalhos publicados não só entre nós mas

¹ Sendo coordenado por José Machado Pais, este observatório "é um Programa de Estudos que decorre de um protocolo estabelecido entre o Instituto Português da Juventude (IPJ) e o Instituto de Ciências Sociais (ICS)". Cf. <http://www.ics.ul.pt>.

igualmente noutros países configurados pelo paradigma da modernidade, tendo-se mais recentemente acentuado a tónica na diversidade, o que equivale a aceitar o plural da até agora comum asserção sociológica de *condição social da juventude*. O sugestivo título do trabalho de Bauby & Gerber (1996), *Singulière Jeunesse Plurielle*, transporta-nos justamente para o diagnóstico actual dos jovens em idêntico *curso de vida* (Pais, 1993), ora muito próximos em relação a valores, perspectivas face à vida, face às grandes questões da civilização, face a práticas e a consumos culturais, ora, pelo contrário, divergindo em relação às condições objectivas e subjectivas a partir das quais se posicionam face aos constrangimentos quotidianos. Os desafios colocados pelas transformações recentes da sociedade portuguesa e o seu enquadramento em esferas político-económicas mais globais, à semelhança das dinâmicas sociais ocorridas noutros países ocidentais, fazem, por conseguinte, da juventude um barómetro de análise sociológica, ou como diria Blöss (1994: 273-4)

"[...] les transformations de la jeunesse préfigurent des changements structurels qui dépassent son propre cadre temporel. Les nouvelles tendances sociologiques et démographiques d'entrée dans la vie adulte, loin de coller à des modes d'exister juvéniles, constituent une grille de lecture des changements intervenues dans le 'monde des adultes' lui-même" (aspas no original).

No fundo, e na esteira de Wieviorka (1996: 321), poderíamos acrescentar que este quadro de mudança social acarretou (a quem se debruça pelas questões da juventude) uma interpelação que apelou a "modos de perspectivação renovados", nomeadamente quando se constata, como o fez Blöss (1994: 275), que a existência de "jovens pobres" ao abrigo dos benefícios da *protecção social* obriga a repensar as categorias de classificação social normalmente instituídas, sobretudo aquelas que são fundamentalmente orientadas por critérios etários. Neste sentido, será então

pertinente deslocar a análise da problemática da juventude das dimensões tradicionais que se prendem com a ideia de *transição para a idade adulta* e acrescentar, de forma mais significativa, as questões centrais do debate actual sobre as perspectivas da inclusão e da exclusão sociais. Entre nós, tal quadro de preocupações constitui desde há algum tempo uma vertente investigativa presente nos trabalhos dos investigadores do referido Observatório da Juventude do ICS², não sendo, por isso, inconsequente a ideia de Pais (2001) quando aponta a necessidade de se ultrapassarem os *labirintos* que tendem a retardar e/ou a impossibilitar a inserção social dos jovens, mais do que tão somente se pensarem os problemas dos jovens na dificuldade de inserção no mercado de trabalho.

Mesmo acentuando-se as tendências de fragmentação social e cultural do quotidiano, sob os auspícios da globalização (Wieviorka, 1996, 2000), estando, portanto, o conhecimento sociológico sujeito a novas questões que enfrentam permanentemente os dispositivos teórico-conceituais (e ideológicos) existentes, a abordagem dos fenómenos juvenis vai assim para além da mera filiação disciplinar a uma suposta sociologia da juventude, o que pressupõe muitas vezes buscar sentidos explicativos da realidade em domínios nem sempre localizáveis dentro das fronteiras e dos cânones do conhecimento cientificamente legítimo. Ainda que as reflexões sociológicas nos sensibilizem e demonstrem que a realidade social tende para a heterogeneidade, contudo, não obstante considerarmos irrefutável esta constatação, temos, porém, que não desprezar todo o processo de (re)construção simbólica e mediática que foi operado nas sociedades contemporâneas e que levou a que se *naturalizasse* (cf. Grácio, 1990) a existência de uma juventude *em si* como categoria social. Como sociólogo atento à natureza reflexiva do conhecimento, julgamos que não se pode

² Merece particular destaque o trabalho recentemente publicado com o título *Condutas de Risco, Práticas Culturais e Atitudes Perante o Corpo*, coordenado por José Machado Pais e Manuel Villaverde Cabral (2003), assim como o trabalho individual de Machado Pais (2001) intitulado *Ganchos, Tachos e Biscates*, ao qual dedicaremos alguma atenção no final deste capítulo. Veja-se também o excelente contributo para repensar as questões da pobreza e da exclusão social da juventude publicado por Garcia et al. (2000).

ignorar que entre os jovens, na actualidade, se torna mais evidente a presença de um sentido de pertença e do reconhecimento dos constrangimentos comuns a essa pretensa categoria social, do que a consciência das disposições sociais objectivas e subjectivas que têm estruturado o seu trajecto de vida. Mas os desafios que se colocam perante esta suposição redobram também o trabalho de vigilância epistemológica que se exige neste tipo de análises, não fossemos nós alimentar a "retórica científica" que alinhou ao lado dos que se mostraram permeáveis aos "pânicos morais" e, desse modo, se empenharam no estudo das "condutas de risco" dos jovens portugueses (Pais, 1996)³.

1. A Juventude Portuguesa Como Objecto de Estudo

Como acabamos de referir, um dos avanços na abordagem sociológica da problemática da juventude decorreu da desmontagem dessa categoria social como grupo homogéneo e unitário, muito por força de um conjunto alargado de investigações ocorridas na sociedade portuguesa e que daqui para a frente nos encarregaremos de convocar. Talvez o facto mais notório da divulgação destes trabalhos tenha sido a assimilação deste imperativo teórico-metodológico por vários sectores da opinião, nomeadamente entre políticos, jornalistas, investigadores de vários domínios, entre outros. Não quer dizer que esta consciência sociológica seja específica do final do século XX, período em que entre nós se acentuou o interesse no

³ Num artigo publicado na revista *Sociologia — Problemas e Práticas*, nº 21, José Machado Pais fez um levantamento das pesquisas bibliográficas realizadas sobre a juventude portuguesa na década 1985-1995. Este autor afirmava então que "a análise da bibliografia seleccionada sugere que as retóricas científicas são permeáveis aos 'pânicos morais' mais badalados pelos *mass media*, como se pôde observar através do incremento da produção científica, na segunda metade da década, em torno das 'condutas de risco' dos jovens. Resta saber se os outros aspectos menos badalados da condição juvenil não necessitarão de um maior esforço de pesquisa científica" (p. 220; aspas no original). Não deixa de ser curioso que, como já acima anotamos, alguns dos seus trabalhos mais recentes, individuais ou colectivos, tenham eleito as questões do comportamento de risco e das *margens* do quotidiano dos jovens. Referimo-nos nomeadamente a Pais (Coord.) (1999), Pais (2001) e Pais e Cabral (2003).

conhecimento das representações, das práticas e dos quotidianos juvenis, até porque não raras vezes nos deparamos com ensaios versando a *fase da vida* a que se convencionou designar de juventude entre alguns vultos da cultura portuguesa. A título ilustrativo, António José Saraiva (1960: 115), no início da década de sessenta, questionava-se se por juventude se deveria entender, no Portugal de então, "O conjunto de todos os portugueses entre os 18 e os 30 anos?". Refutando liminarmente esta versão de juventude assente em critérios meramente etários, aquele pensador introduzia a origem social⁴ como um critério diferenciador, considerando, inclusive, o termo juventude mais apropriado aos originários do topo da estrutura social, porque só a estes lhes era permitido passarem por uma fase de transição antes de assumirem as responsabilidades dos adultos:

"Os problemas do moço camponês, do moço pescador e do moço operário não são os que se tem em mente quando se fala de 'juventude'. [...] Os seus problemas são os comuns a todos os trabalhadores. A juventude, no conceito mais corrente, é constituída por aqueles jovens cujos recursos lhes permitem prolongar a aprendizagem teórica muito para além da adolescência e adiar até relativamente tarde a sua instalação numa situação social e profissional definida. Isto acontece geralmente, em Portugal, com os filhos da burguesia" (Saraiva, 1960: 115; aspas no original).

No entanto, para além desta necessidade operatória do conceito, o autor sublinhava também as idiossincrasias de uma "camada de gente", que

⁴ Muito embora não privilegiando neste capítulo uma discussão sobre as correntes teóricas da sociologia da juventude, não deixamos, contudo, de aconselhar a leitura do importante trabalho de Pais (1993a: 37 e segs.), onde este autor clarifica as duas principais correntes no estudo da juventude, designando-as de *corrente geracional* e *corrente classista*. No que concerne a esta última corrente, após ter evidenciado que para algumas dimensões de análise da condição social da juventude as teorias inscritas nesta corrente revelam ainda alguma pertinência heurística, contudo, José Machado Pais acentua a crítica à "linearidade de certos determinismos" (p.46) inerentes nomeadamente às *teorias classistas da reprodução social*, assim como a inevitabilidade das culturas juvenis serem quase sempre entendidas como culturas de classe. Neste sentido, segundo o autor, "as 'culturas juvenis' que não se manifestem como culturas de resistência 'classistas' ficam à margem do interesse desta corrente"(p. 48, aspas no original).

embora pertencendo ao mesmo tecido social não adoptava a matriz comportamental dos pares adultos, o que desde logo indiciava o carácter não eminentemente reprodutor da situação social de pertença e em última análise fazia subentender a diversidade social *inter pares*.

Na mesma esteira, uma das mais importantes referências nas ciências sociais em Portugal, A. Sedas Nunes (1967: 78), na análise da juventude na sociedade moderna sustentava a importância de configurar a juventude como uma "realidade sociológica específica", ou seja, como "[...] um conjunto de grupos específicos", atendendo a que a natureza das sociedades era estruturalmente heterogénea e inigualitária. E mais à frente, enfatizando a sua crucial importância, este autor sublinhava que

"[...] a situação *total* de um jovem na sociedade não se define somente pelos aspectos que a caracterizam como *situação específica de jovem em face dos adultos*. Define-se também, e não menos, por todos aqueles outros elementos situacionais que — designadamente, mas não só, por implicarem pertença, dependência ou ligação de qualquer espécie a grupos, estratos, classes ou meios sociais e culturais determinados — *o situam, como indivíduo em face da sociedade global*, isto é: em face de toda a complexa estrutura de condições, posições, relações e instituições, de todo o complicado sistema de forças e de acção, e de toda a gama de dados sócio-culturais e de transformações em curso, que caracterizam, em certo momento, a sociedade que o envolve." (Id. Ibid.: 103; sublinhado no original)⁵.

O objecto de estudo juventude foi amplificado no decurso da década de oitenta, pela proliferação de consideráveis trabalhos de investigação que

⁵ Em jeito de introdução a um texto extraído da presente obra, embora da 2ª edição, compilado num trabalho posterior, este autor reafirmou a necessidade de refutação do "pressuposto de que em cada sociedade, em cada momento histórico, a juventude é só *uma*. Visando desmontar esta noção ideológica de 'juventude', a análise sociológica tem precisamente de proceder a partir do reconhecimento de que a diferenciação da estrutura social em distintas classes, fracções de classe, estratos, meios sociais [...] implica profundas *clivagens sociais* nas categorias demográficas jovens, conduzindo à formação e existência simultâneas de *múltiplas juventudes*, cujas características se revelam muito diversas e frequentemente contraditórias" [Sublinhado no original]. Cf. Sedas Nunes (1981: 66).

constituíram, pela sua extensividade e pela sua localização temporal, um autêntico observatório evolutivo desta categoria social, em sentido lato, numa época de profundas alterações políticas, económicas e sociais na sociedade portuguesa, correspondendo a uma dialéctica de interesses, ora da problemática em termos científicos, ora da categoria "como problema social"⁶ do ponto de vista político-ideológico, ora, ainda, do processo recíproco gerado por ambas. Como observa J. Machado Pais (1993b: 4),

"O que, na verdade, aconteceu ao longo da década de 80 foi uma crescente valorização da juventude em termos sociais e políticos — justificada, de resto, pelo alongamento e diversificação das etapas e modalidades de entrada na vida adulta".

De entre os principais trabalhos produzidos na década de oitenta, salientam-se o *Inquérito Nacional à Juventude* levado a cabo pelo FAOJ em 1982 e aplicado a uma amostra de 2000 jovens entre os 14 e os 24 anos — um trabalho sem visibilidade editorial, porventura porque se constituiu como um instrumento de trabalho fomentado pelas solicitações de várias estruturas ministeriais e das organizações de juventude⁷; no âmbito de um estudo alargado sobre a *Situação, Problemas e Perspectivas da Juventude Portuguesa*, o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento (I.E.D.) lançou em 1983 o *Inquérito Valores e Atitudes dos Jovens* a uma amostra representativa dos jovens portugueses, constituída por cerca de 1200 indivíduos, traduzido na publicação de um conjunto de trabalhos que abrangeu uma série de temáticas transversais à problemática da juventude⁸;

⁶ Para uma abordagem pedagógica da "construção da juventude como objecto da sociologia", nomeadamente quanto à distinção das noções de *problemas sociais* e *problemas sociológicos*, consultar, por exemplo, Abreu (1995).

⁷ Cf. Ferreira (1993: 12). O trabalho em questão teve também a sua expressão em língua francesa, como relatório técnico apresentado à UNESCO e realizado por Patrick Gallaud. Cf. Gallaud (1982).

⁸ Referimo-nos aos trabalhos publicados pelo I.E.D. na colecção *Juventude*, sendo os primeiros cinco volumes estudos preliminares e os restantes volumes estudos baseados nos resultados obtidos pela aplicação do inquérito. Assim: 1) Pereira (1983a). *O Percorso Escolar da Geração dos 16-24 anos*; 2) Pereira (1983b). *O Emprego e a Formação Profissional dos Jovens*; 3)

os trabalhos produzidos no âmbito do Projecto de Pesquisa sobre o *Comportamento Social da Juventude Portuguesa*, levado a cabo por uma equipa de investigadores do Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade de Lisboa e coordenado por Braga da Cruz⁹; o projecto encomendado ao ICS pelo gabinete do Ministro da Juventude e que ficou conhecido por Inquérito ICS à *Juventude Portuguesa: Situações, Problemas, Aspirações* e que decorreu em 1986/87, incidindo, também, sobre um conjunto de áreas temáticas, posteriormente publicadas em vários volumes¹⁰; o inquérito a jovens universitários sobre *Conflito de Gerações, Conflito de Valores* da responsabilidade de Eurico Figueiredo (1988)¹¹, trabalho inserido no projecto *Portugal, Ano 2000*, da Fundação Calouste Gulbenkian; os trabalhos produzidos pela equipa de investigadores liderada por J. Ferreira de Almeida a partir dos dados fornecidos pelo inquérito que enformou o Observatório Permanente Sobre os Estudantes Universitários,

Rocha (1985). *Contributo para o Estudo dos Tempos Livres dos Jovens*; 4) Carvalho (1983). *Comportamentos Desviantes dos Jovens — Algumas Questões*; 5) Rato (1983). *O Ordenamento Jurídico Português e os Jovens*; 6) Inquérito I.E.D. (1983) — *Valores e Atitudes dos Jovens (Estudo Preliminar)*; 7) Ambrósio et al. (1985). *Inserção Social dos Jovens. Abordagem de uma Realidade Complexa*; 8) AA.VV. (1983 e 1984). *Conferência. Comunicações e Conclusões*; 9) Braula Reis (1985). *Inserção e Participação Social dos Jovens*; 10) Pinto (1986). *A Escola: Valores e Aspirações dos Jovens*; 11) Vala (1986). *Representações Sociais dos Jovens: Valores, Identidade e Imagens da Sociedade Portuguesa*; 12) Miguel & Vilar (1987). *Afectividade e Sexualidade no Novo Contexto Social e Cultural*; 13) Barros & Barão (1987). *A Comunicação na Família e Projectos de Vida: Procura da Identidade Social e Pessoal dos Jovens*; 14) AA.VV. (1988). *Aspirações dos Jovens Face ao Trabalho e à Formação Profissional*. Referência ainda para a reflexão em torno dos dados deste inquérito efectuada por Barreno (1988).

⁹ De entre os trabalhos publicados pelo ICS, nomeadamente na série *sociologia da juventude*, salientam-se, entre outros, Seruya (1983a). *Desemprego Juvenil em Portugal (Numa Perspectiva Comparada)*; Seruya (1983b). *Sistema Educativo e Políticas da Educação em Portugal. O Ensino Secundário e Superior Entre 1970 e 1982*; Braga da Cruz et al. (1985). *Os Jovens e a Política. Políticas de Juventude e Juventudes Políticas em Portugal*; Seruya & Seruya (1985). *Sistema Educativo e Mercado de Trabalho*.

¹⁰ Referimo-nos aos seguintes volumes do estudo *Juventude Portuguesa: Situações, Problemas, Aspirações*: AA.VV. (1989), Vol. I - *Resultados Globais*; Matias (1989), Vol. II - *A Educação e a Escola*; Andrade (1989), Vol. III - *O Trabalho, o Emprego, a Profissão*; Ferreira (1989), Vol. IV - *Os Jovens e o Futuro: Expectativas e Aspirações*; Pais (1989), Vol. V - *O Uso do Tempo e Espaços de Lazer*; Nunes et al. (1989), Vol. VI - *A Convivialidade e a Relação com os Outros*; Schmidt (1989) - Vol. VII. *Dinheiro e Bens Materiais*; Conde (1989), Vol. VIII - *A Identidade Social e Nacional dos Jovens*.

¹¹ Recorde do mesmo autor, do ponto de vista da psicanálise e da psicologia do desenvolvimento, o trabalho preliminar sobre a problemática do conflito de gerações, Figueiredo (1985).

iniciado em 1985¹². Já no decurso da década de noventa, não podemos deixar de salientar a importante investigação de cariz etnográfico sobre o quotidiano dos jovens realizada por José Machado Pais, intitulada *Culturas Juvenis*¹³, e, sem desprimor para todos os outros contributos publicados (ou não) e ainda não referenciados até ao momento neste trabalho, ressalte-se o interesse continuado do ICS pela problemática, nomeadamente através da publicação da série de cadernos intitulada *Estudos de Juventude*¹⁴.

Mais recentemente, sustentando o avolumar dos trabalhos publicados sobre a juventude portuguesa (em crescendo na primeira metade da década de noventa — cf. Pais, 1996), há a registar a feitura de um novo inquérito pelo ICS, que assim pôde, volvida uma década, confrontar as mudanças operadas na sociedade portuguesa a partir da análise dos dados de dois inquéritos (1987, 1997). Este estudo (Cabral & Pais, Coords., 1998), assente em cerca de 2000 inquéritos por questionário, reafirma igualmente a estreita colaboração entre este laboratório de pesquisas sociais e a tutela política da juventude em Portugal (Secretaria de Estado da Juventude), o que por si só é revelador da importância do Estado na legitimação da juventude como condição social, como período moratório, no fundo, como problema social, mesmo quando no plano das intenções se pretenda conhecer cientificamente os constrangimentos sociais deste grupo específico para, posteriormente, se partir para "a busca de soluções para esses mesmos problemas"¹⁵. A registar igualmente no quadro desta parceria vários trabalhos publicados (Pais, Coord., 1998; Figueiredo et al., 1999; Pais &

¹² Destacamos fundamentalmente Almeida et al. (1988); Costa et al. (1990); et al. (1989); Casanova (1993); mais recentemente deram à estampa outros trabalhos desta (alargada) equipa de investigação, de que se destaca Machado et al. (2003) e Almeida et al. (2003).

¹³ Cf. Pais (1993a). Recorde-se que a publicação e alguns conteúdos desta obra foram antecipados pelo autor nos trabalhos (1990a, 1990b, 1991).

¹⁴ Dos números publicados até ao momento, seríamos: Lima (1992); Honório (1993); Ferreira (1993); Ferreira et al. (1993); Casanova (1993); Schmidt (1993); Pedroso (1993); Pais (Org.) (1994).

¹⁵ Cf. prefácio de Miguel Fontes, Secretário de Estado da Juventude, in Cabral e Pais (Coords.) (1998: ix-x).

Cabral, Coords., 2003), e outros em fase de publicação (cf. site do ICS), trabalhos estes sobretudo de cariz extensivo e incidindo sobre amostras representativas da população juvenil portuguesa, oferecem-nos um volume considerável de dados susceptíveis de revelarem os traços mais marcantes de sucessivas *gerações* de jovens em busca da cidadania plena.

Este extenso rol de trabalhos para além de contribuir para o aprofundamento do pressuposto básico que confere à juventude um cariz de produto social, vem revestir a problemática de uma importância analítica em termos investigativos concomitante à ênfase socialmente atribuída pela sociedade actual. Esta amplificação de um "produto histórico do processo de industrialização tecnológica das sociedades e da escolarização de massas" (Braga da Cruz *et al.*, 1984: 286), poderá metaforicamente prefigurar-se como uma *caixa de ressonância* de potenciais conflitualidades de coabitação intra e inter geracionais¹⁶, numa altura em que se começam a questionar não só as tradicionais estruturas económicas, sociais e políticas como inclusive o próprio modelo civilizacional. Daí que a fluidez dos limites do período de transição e maturação social, a que socialmente se convencionou chamar juventude, que em períodos de crise económica se tende a acentuar, nomeadamente no que concerne à indefinição do seu limite superior, se tenha prefigurado como um apetecível objecto de interesses investigativos¹⁷. Neste sentido e em certa medida no reforço da

¹⁶ A este propósito, Martin Baethge (1985: 479), na esteira de H. J. Wirth, afirma que "Par ailleurs, les formes politiques et esthétique-symboliques de la protestation des jeunes font l'objet d'explication sociologique qui en soulignent avec sympathie et compréhension les aspects positifs: elles signalent avec la sensibilité d'un sismographe les crises et les problèmes des groupes humains et constituent une 'chance personnelle et culturelle' pour la société d'aujourd'hui." Igualmente Olivier Galland (1991: 57) perspectivando a juventude como construção social assente na progressiva sedimentação de um conjunto de representações, refere que estas "[...] sont souvent soumises à des influences idéologiques totalement extérieures à la jeunesse elle-même qui a peu à peu constitué une catégorie privilégiée à travers laquelle s'expriment les peurs et les fantasmes de la société". Sobre a discussão da temática das gerações consultar o clássico Mannheim (s/d) e, de entre muitos outros trabalhos sobre a questão, cf. Attias-Donfut (1988).

¹⁷ Esta ideia parece estar bem patente na *nota de apresentação* de um principais projectos de investigação sobre a juventude portuguesa anteriormente referenciado na década de 80 (*Situação, Problemas e Perspectivas da Juventude em Portugal — I.E.D.*). Cf., por exemplo, J. Pereira (1983a): "Desde o aparecimento, em meados deste século, da 'juventude' como grupo social com características demográficas, sociais, económicas e culturais que questiona a

tradição disciplinar, o jargão (sociológico) de que a *sociologia anda de mãos dadas com a crise*, potenciando nestas alturas uma profícua *imaginação sociológica* com reflexos teórico-conceituais assinaláveis, parece emergir com particular ênfase neste domínio de estudo, por um lado, traduzindo o lugar central que na actualidade a juventude ocupa nas sociedades ocidentais¹⁸ como estrutura identitária de referenciação (Pais, 1998)¹⁹, por outro lado, erigindo-se esta como arquétipo de uma complexa teia de significados e indefinições de difícil conciliação com os modelos tradicionais do mundo adulto. A este interesse não será estranho a desfocalização investigativa operada nos aspectos mais globais da sociedade e em seu detrimento "a revalorização das práticas e dos processos e, nuns e noutros, a revalorização dos indivíduos que os protagonizam" (Santos, 1994: 22).

Ao sublinharmos a juventude como "produto social", como "construção social", estruturada em torno de um conjunto de problemas adstritos a um conjunto de indivíduos partilhando uma mesma *fase de vida* (Pais, 1990a: 149; 1993a: 33), ou possuindo "os traços comuns de natureza endogeracional" (Pais, 1993b: 8), estamos simultaneamente a contextualizá-la no quadro de uma consciência social crescente para as dificuldades de obtenção do estatuto do adulto, logo para a criação de um impasse no reconhecimento da maturidade social e à *negação* dos direitos inerentes à

sociedade actual, que os adultos se interrogam sobre os jovens. Essa interrogação tanta vez eivada de angústia por parte dos adultos e as dificuldades acrescidas ao natural desenvolvimento físico e psico-social da idade juvenil, parece aumentar em tempo de crise como a atravessamos nestes anos. Tempo de crise é tempo de reflexão" (sem pag.).

¹⁸ O diagnóstico sobre a centralidade e o protagonismo sociais da juventude não constitui uma característica peculiar da actualidade. Efectivamente, já no trabalho clássico de Ortega y Gasset (1971; original de 1927) o autor afirmava que "o que realmente me parece evidente é que nosso tempo se caracteriza pelo extremo predomínio dos jovens" (p. 247), sendo, na altura, as suas cautelas premonitórias quanto ao fenómeno da juventude nas sociedades contemporâneas: "o fenómeno é demasiado recente e ainda não se pôde ver se esta nova vida *in modo juventutis* será capaz do que depois direi, sem o que não é possível a perduração do seu triunfo" (p. 247, *italico* no original).

¹⁹ Como refere José Machado Pais, na introdução ao estudo sobre as *Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa Contemporânea*, "as jovens gerações têm vindo a constituir-se num importante quadro de referência para as gerações mais velhas, possibilitando uma certa horizontalidade de valores. Os gostos juvenis passam às gerações mais velhas. [...] É como se os processos de socialização tivessem sofrido uma inversão de sentido: já não são apenas os filhos a serem socializados pelos pais; estes acabam por anuir, com entusiasmo ou resignação, alguns dos chamados valores juvenis" (Pais, 1998a: 39-40).

autonomia do sujeito-cidadão nas estruturas colectivas de participação social. Ora este retardamento da autonomização do indivíduo, que configura genericamente o conceito de "condição social da juventude"²⁰, parece ganhar hoje novos contornos face à redefinição do percurso tradicional (cf. Roberts, 1985: 461-478) de consecução daquele estatuto. O sugestivo título adoptado no trabalho colectivo intitulado *L'Allongement de la Jeunesse* e dirigido por Cavalli & Galland (1993) assume-se como um diagnóstico estruturante da actual condição juvenil, sendo proposta neste trabalho por O. Galland uma problematização ontológica do estatuto actual de juventude. Se houve períodos em que juventude e adolescência recobriam significados tendencialmente sobrepostos, na actualidade com a alteração dos padrões de transição para a idade adulta "la jeunesse est en passe de se différencier radicalement de l'adolescence" (Galland, 1993: 11). Os contornos diferenciados de transição detectados nalguns países europeus abordados nesse estudo²¹ pôs em evidência "une situation intermédiaire entre la dépendence adolescente et l'autonomie adulte qui caractérise le mieux la jeunesse européenne aujourd'hui" (p. 16). Com efeito, se se assume que a condição social da juventude ganha uma maior visibilidade à medida que o paradigma da modernidade entra em crise e se anuncia o esgotamento do modelo de Estado-Providência²², não será também menos verdade que a

20 Constituiu a este respeito uma referência obrigatória o texto de Braga da Cruz *et al.* (1984). Veja-se também, pelo seu carácter precursor, Ardigò (1971: 1295-1362; edição original italiana em 1966).

21 O esgotamento do modelo tradicional de transição para a idade adulta fez emergir três modelos de alongamento da juventude: "um modelo mediterrânico de prolongamento da vida familiar", "um modelo nórdico e francês" caracterizado como "prolongamento da vida extra-familiar" (saída da família de origem sem constituir uma nova família); "um modelo britânico marcado pela precocidade de entrada na vida profissional e pelo prolongamento da vida em casal sem filhos" (Galland, 1993: 18).

22 A mudança social configurada a partir do confronto das gerações na sociedade portuguesa permitiu a Pais (1998a) diluir a ideia comum do *conflito de gerações*. O papel da família de origem/ socialização face aos constrangimentos no processo de transição para a idade adulta, nomeadamente ao permitir a coabitação de pais e filhos para além do "contrato (social) entre gerações" constituiu um indicador de ausência de descontinuidades intergeracionais. Para este autor, "a crise económica tem abalado o sistema de protecção social e de redistribuição pública entre activos e não activos. Uma nova pobreza acaba por se desenvolver, afectando desempregados e inactivos, jovens e idosos, à margem do sistema de segurança social. À crise do *welfare state* parece suceder-se um regime de *welfare family*" (p.39). Servindo-se dos

indefinição das sociedades em época de *transição paradigmática* (Sousa Santos, 1987) poderá, porventura, potenciar novas formas de interpretação e redefinição teórico-conceitual, estando particularmente a sociologia sujeita a interpelações constantes por parte dos sistemas sociais de representação do real.

Assim, se como requisitos fundamentais para atingir a emancipação plena o jovem teria que desempenhar uma actividade profissional, porventura, perene e remunerada, assumir as responsabilidades inerentes à esfera conjugal e familiar, assim como demarcar-se habitacionalmente da família de origem / de socialização, por conseguinte, a constatação de um maior período de transição para a vida adulta parece estar intrinsecamente esboçado num cenário onde

"[...] a precaridade de emprego e também o alongamento das trajectórias escolares parece estar a provocar, nomeadamente entre os jovens das classes médias, a invenção de novos modos de vida que, permitindo retardar a idade de acesso à independência, possibilitarão, ao mesmo tempo, contornar ou protelar a constituição de famílias relativamente estruturadas" (Pais, 1994: 25)²³.

Longe de se inverter o sentido diagnosticado na estruturação dos condicionalismos juvenis com as transformações sociais e económicas entretanto ocorridas, pelo contrário, o cenário parece traduzir-se no enquistamento de alguns obstáculos impeditivos à emancipação plena de um vasto conjunto de cidadãos, sendo provável que tal constatação evolua, aos olhos do sociólogo, para uma inquietante problematização sobre as lógicas subjacentes aos modelos de reprodução social e, de forma mais

dados referentes à Comunidade Europeia, Lyne Chisholm (1993: 181-2) concluiu que "la proportion des jeunes âges de 15 à 24 ans vivants chez leur parents a augmenté au cours des années 1980 (1982: 70%; 1990: 75%), mais la proportion de ceux qui vivent seuls ou qui cohabitent (respectivement 5% e 5% en 1982, 8% et 7% en 1990) s'est également accrue".

²³ Do mesmo autor e defendendo os mesmos argumentos veja-se, em artigo anterior, Pais (1991 e 1993a).

vincada, às crescentes contradições sociais que se impõem num tipo de sociedade que se vai esboçando sob a égide da economia de mercado. Este olhar mais cinzento sobre os jovens assume em autores como Pinto & Lopes (1999) tonalidades mais radicalizadas, ou, se preferirmos, a actual condição juvenil reveste-se agora de contornos ainda mais precisos e pode ser definida tão-simplesmente pela expressiva palavra *precaridade*, sendo esta visível, por um lado "na multiplicidade de estatutos híbridos que os jovens vão ostentando", nomeadamente pela existência de um leque variado de possibilidades de acesso à idade adulta; por outro lado, pela "ausência de âncoras identitárias claramente demarcadas e definidas, o que em parte resulta da componente anterior" (id., ibid.: 9). Assumindo como certa a situação de indefinição da actual condição juvenil, bem como da própria idade adulta, aqueles autores relevam igualmente as implicações de um prolongamento no tempo do processo de formação das identidades, atendendo a que

"se os papéis se complexificam e se tornam efémeros, as identidades tenderão a ser evanescentes e pouco consolidadas, marcadas por metamorfoses e processos de ressocialização mais ou menos bruscos e radicais" (Pinto & Lopes, 1999: 11).

Nesta ordem de ideias, os distintos planos de (re) equacionamento do *acesso à vida adulta* parece, pois, sugerir a perspetivação da juventude num plano analiticamente distinto. Ou seja, mais do que considerar aquele patamar a síntese de um percurso iniciático nas três instâncias-base de transição social (o início da vida profissional, a autonomização da família de origem/de socialização e a constituição de uma família própria/de procriação), cuja concretização convergia para uma interdependência compósita (a saída de casa dos pais era normalmente antecedita pela obtenção de um emprego e sem o qual não se poderia constituir família, por exemplo), o cenário acima traçado possibilita o *olhar sobre novas realidades* que suscitam a reconceptualização de um objecto e de uma problemática

cada vez mais intersectada por contributos disciplinarmente distintos. Aliás, por força das transformações produzidas em todas as esferas da sociedade, tendo-se acentuado a descrença no carácter projectivo das estruturas de reprodução social, as propostas emergentes no seio de uma sociologia da juventude (fundamentalmente impulsionada, entre nós, por J. Machado Pais) vão no sentido de sublinhar o carácter *ziguezagueante* dos percursos juvenis de inserção social (Pais, 1993), a metáfora da "geração *ió-íó*" (Pais, 1997), ou, mais recentemente, as "estruturas labirínticas do quotidiano" (Pais, 2001). Mas a proposta de fundo pretende sugerir os contornos de uma "sociologia da pós-linearidade" (Pais, 2001), justamente para dar conta da imprevisibilidade actual da *fase de vida* que caracteriza genericamente a juventude contemporânea, por sua vez sujeita, diremos nós, ao espectro de um outro tipo de linearidade subentendida nos percursos insuportados de inserção social²⁴.

Ao constatar o papel dos jovens de classe média na invenção de novos modos de vida, em grande medida como resposta ao bloqueamento dos canais tradicionais de autonomização, somos tentados a reconhecer como necessário o desacantonamento do *objecto juventude*, já que, na esteira de Olivier Galland (1991: 59), cada vez mais "la jeunesse devient un processus de socialisation". Assim, estando intrínseco a este processo o reconhecimento de uma pluralidade de modalidades de socialização, dependendo já não tanto da classe social de origem dos jovens, mas sobretudo das dinâmicas culturais produzidas no quotidiano juvenil, não deixam de merecer relevância os contributos de uma reformulada sociologia da família, de uma sociologia da educação (escolar e não-escolar²⁵), de uma sociologia do lazer e dos tempos livres, de uma sociologia do trabalho

²⁴ Como bem argumentam Pinto & Lopes (1999: 11), "a ausência de estatutos sólidos e estáveis obstaculiza a própria ligação ao todo social, dificultando a integração nas instituições e colocando à margem do sistema milhares de indivíduos em situação de anomia".

²⁵ Sobre a emergência da sociologia da educação não-escolar, cf. Afonso (1992, 2001, 2003). Para aprofundamento desta problemática remetemos o leitor para o capítulo precedente.

e das organizações, de uma sociologia da cultura, etc.²⁶ Nesta óptica, como afirma Sérgio Grácio, a pertinência da análise sociológica deverá, a partir do reconhecimento da diluição do objecto jovem noutros objectos, fomentar o abandono de uma

"[...] abordagem que estabelece como condição do trabalho científico o traçado de fronteiras nítidas entre os grupos, constituindo precisamente, e por exemplo, como problema fecundo e não como obstáculo intransponível a própria dificuldade em 'definir' os jovens" (Grácio, 1990: 40; aspas no original).

Assim, a refocalização emergente do objecto em estudo que vimos indiciando, enquadrar-se-ia também na esteira de autores como Kenneth Roberts ou mesmo como Olivier Galland, já que estaríamos em presença de uma juventude situada num plano qualitativamente distinto, assumindo esta "un rôle nouveau à la fois dans le cycle de l'existence et dans la société" (Roberts, 1985: 463), para o primeiro, e em face de "phénomènes moratoires [qui] ont une cohérence d'ensemble significatives de la formation en cours d'un nouvel âge de la vie" (Galland, 1990: 529), designado provisoriamente pelo segundo autor de "post-adolescence", ou, como já referimos, de "situation intermédiaire" (Galland, 1993: 16).

A alteração qualitativa apontada por Kenneth Roberts, não tanto especificamente adstrita ao alongamento do período de transição para a idade adulta, repousa sobre três aspectos importantes: por um lado, a autonomização económica garantida pela estabilidade profissional, quando possível, é geralmente antecedida por um percurso marcado pelo suceder

²⁶ Como refere Esteves (1994: 84), "as problemáticas da transição ao trabalho dos jovens não só convocam transformações em curso nos sistemas sociais que intervêm na estruturação dos seus 'destinos' sociais como também a 'renegociação' histórica das conexões estruturais entre os referidos sistemas. Evidenciam-se, desse modo, as marcas de uma problemática na fronteira de várias (sub)disciplinas: da sociologia da educação e da estratificação das desigualdades sociais; da sociologia e da economia da família; da sociologia e da economia do trabalho e do emprego; da sociologia do Estado moderno e da industrialização". Consultar do mesmo autor Esteves (1996).

de experiências de trabalho provisórias²⁷. Não sendo esta tendência inteiramente nova, aquilo que lhe confere uma certa especificidade é que, após os anos oitenta

"ce phénomène, dont autrefois seule une élite faisait l'expérience, devient un phénomène de masse, car aujourd'hui il n'y a plus de choix parce que la possibilité de prendre un emploi d'adulte n'existe plus et parce qu'on n'obtiendra peut-être pas, au terme du parcours, les satisfactions qu'on avait remises à plus tard" (Roberts, 1985: 468).

Por outro lado, é também a própria idade adulta que vê progressivamente questionados os direitos de segurança social e de cidadania inerentes ao exercício de uma actividade profissional, não só pelas mutações ocorridas no mercado de trabalho e pela crescente caducidade das tradicionais qualificações escolares e profissionais, tidas outrora como o garante da estabilidade sócio-económica, mas igualmente fruto de um enquadramento político-ideológico mais global que tem acentuado a existência de políticas sociais de pendor neoliberal e individualizante e de menor intervenção estatal na regulação da economia. A fluidez e a incerteza transversalmente instaladas no plano mais vasto dos projectos de vida, abalaram, certamente, o modelo de referência para as *gerações* mais novas, sendo agora mais visível a componente juvenil das estruturas de reprodução social e cultural. A manutenção de muitos dos modos de vida anteriores à *idade adulta*, assim como a assunção pelos mais velhos de modelos culturais tipicamente juvenis²⁸, denunciam não propriamente uma inversão do modelo de

²⁷ O inquérito ICS de 1997 veio acentuar, segundo Pais (1998: 193) "uma significativa mobilidade dos postos de trabalho ou empregos. Esta mobilidade tanto pode dever-se a uma busca incessante de melhores empregos, por parte dos jovens, como expressar o agravamento de um *desemprego intermitente de longa duração*. Com efeito, o incremento das taxas de rotação laboral entre os jovens, nomeadamente entre os desempregados, expressa a conversão de um *desemprego de inserção* num *desemprego de circulação*" (*italico no original*).

²⁸ Reforçando esta ideia anteriormente referenciada, acrescenta-se um outro texto de fundamental importância para compreender o papel dos *media* na inculcação da imagem juvenil: "[...] a imagem juvenil alastrou consideravelmente, não só nos espaços publicitários televisivos

socialização tradicional mas sobretudo o lugar activo e de destaque que as sociedades contemporâneas conferem às camadas mais jovens da sua estrutura demográfica, na reconfiguração dos valores e na (re)invenção das práticas sociais e culturais. Mas este papel activo de *produtores da sociedade* pode muito bem contrastar como a crescente inactividade e precarização no mercado de trabalho. Por conseguinte, para Pais (1993: 324-325) estaremos a assistir à "invenção de novos modos de vida", em que

"[...] parece esboçar-se uma estreita relação entre emprego precário e o surgimento de modos de vida mais flexíveis, isto é, ligados ao trabalho intermitente, à vida solitária, à concubinação".

Face à metamorfose das "estruturas sociais da economia" (Bourdieu, 2001), não será despidendo que autores como Roberts (1985: 468) tenham esboçado um perfil de jovem pretensamente melhor preparado para o futuro, ou seja,

"[...] probablement ceux qui ne s'attendent pas à occuper le même emploi toute leur vie et qui savent s'adapter aux bouleversements économiques, technologiques et professionnels. Ce sont ceux qui apprennent à vivre dans le transitoire, dans les relations provisoires, qui peut-être peuvent le mieux prétendre à la maturité" (Roberts, 1985: 468)²⁹;

Finalmente, o acesso ao poder de compra evidenciado pelos jovens, contrastando com a degradação das perspectivas de futuro em relação ao emprego, recoloca uma vez mais a importância da família no amparo das

dirigidos a jovens, como também nos que se dirigem a outros *target-groups* — tornando-se assim a imagem juvenil a figuração geral para quase toda a gente.", Cf. Schmidt (1985: 1065).

²⁹ Referenciando novamente J. Machado Pais (1991: 985) noutro trabalho, concluiu-se que "os itinerários de passagem para a vida activa são cada vez mais marcados por períodos de desemprego, emprego intermitente e inactividade".

práticas de consumo, dos lazeres e das sociabilidades juvenis.³⁰ Refira-se a propósito, que quando chamados a pronunciarem-se sobre a maior preocupação em caso de desemprego (real ou imaginado), os jovens inquiridos pelo ICS em 1987 e 1997 apontaram a falta de dinheiro. A interpretação colhida por Pais (1998b: 194-195) veio revelar uma orientação juvenil marcada por uma "ética de consumo", já que

"os aspectos instrumentais associados ao trabalho, e valorizados enquanto tal — *trabalhar para ter dinheiro* — supõem que a exclusão do mercado de trabalho pode implicar a exclusão do mercado de consumo" (*itálico no original*)³¹.

Refira-se que este sentido de consumidor, mais direccionado para as actividades de lazer, enquanto importantes instâncias sedimentadoras dos actuais modos de vida juvenis, já anteriormente tinha sido avançado entre nós por Braga da Cruz *et al.* (1984: 306), ao afirmarem que

"Os jovens de hoje, na sua grande maioria são assim marginalizados enquanto produtores, mas integrados enquanto consumidores, numa clara tendência de reforço da sua subordinação social ou de retardamento da respectiva emancipação".

Um outro contributo para a redefinição deste período de transição foi-nos proposto, como já assinalámos, por Olivier Galland. Para este autor, a emergência

"d'une nouvelle période moratoire entre l'adolescence et l'âge adulte n'est expliquée que très partiellement par des phénomènes

³⁰ Como pertinentemente observam Pinto & Lopes (1999: 11), a dependência e a ominipresença dos familiares na esfera social de origem.

³¹ Quanto ao estatuto paradoxal dos jovens face ao mercado trabalho, na medida em se encontram relegados da esfera da produção, eles "[...] deviennent plus étroitement tributaires d'un statut conféré de l'extérieur, parfois lié au donné éthique ou au sexe, et ils ont aussi tendance à se cantonner dans le rôle de consommateurs" (Roberts, 1985: 468).

de report mécaniques des calendriers et est liée à de nouveaux processus d'ajustement entre les ambitions et les positions sociales. Nous serions en train de passer d'un *modèle de l'identification* à un *modèle de construction itérative de la position*" (Galland, 1990: 544; *itálico no original*).

A existência deste período moratório, anteriormente mais característico dos jovens das classes sociais mais favorecidas — fosse pela garantia antecipada de manutenção da posição social pelas redes familiares, fosse pela posse de um diploma de valor superlativo que permitisse um emprego em conformidade com o seu estatuto social, fosse ainda pela segurança de acesso ao trabalho garantido pelas redes de sociabilidade familiar —, estende-se, agora, de uma forma mais generalizada a outros estratos sociais, ao que parece, segundo Galland pelo enfraquecimento do controlo social exercido pelas duas mais importantes instâncias de socialização: a família e a escola. Assim, para este autor, a especificidade da juventude deste período moratório encontrar-se-ia, em certa medida, na diluição deste controlo, sem que entretanto conseguisse a plenitude dos atributos da maturidade social. O *acesso à vida adulta* processar-se-ia, então, por

"approximations successives — tant sur les plans du travail que de la vie en couple — expérimentées par l'individu lui-même et non plus construite seulement de l'extérieur par la famille et l'école" (Galland, 1991: 148).

Neste contexto de desfocalização de supervisões instituídas, que potencia o desenvolvimento de percursos individuais³², cujos factores se podem deduzir, segundo este autor, na *inflação e na desvalorização dos diplomas*, nas *novas atitudes femininas*, na *'juvenilização' da sociedade* (cf. Galland,

³² Sobre a ideia da individualização dos percursos de vida, cf. Afonso, 2001b; Correia & Matos, 2001; Lima, 2003.

1991: 148-155), encontraríamos as condições sociais subjectivas e objectivas na génese de uma reconfiguração da juventude:

"La jeunesse n'est plus ce moment instantané qui s'effectuait d'une part entre des individus dotés de capacités donnés et des positions, d'autre part entre une identité sociale bien définie et un métier. Les deux processus d'allocation mais aussi de socialisation se complexifient: il faut à la fois construire la définition sociale de sa place dans la société, définition qui n'est plus donnée à l'avance, et faire correspondre cette définition à une position professionnelle. C'est parfois le travail de définition qui est long et difficile, c'est parfois le travail de construction pratique de la position, et ce sont souvent les deux opérations qui successivement et alternativement, supposent un long processus d'ajustement progressif." (Galland, 1990: 548-549).

2. O Acesso à Vida Activa: *Prolongamentos e Antecipações*

Como temos vindo a apontar, as metamorfoses ocorridas nas sociedades ocidentais, sobretudo de natureza económica e que em Portugal se têm feito sentir sob a égide de um esforço de modernização decorrente da inserção na comunidade económica europeia, tiveram consideráveis repercussões no *acesso à vida adulta*. Sendo uma esfera de certo modo decisiva no *debutar* nesta nova fase de vida, a estrutura do emprego ressentiu-se sobremaneira das transformações inerentes àquele processo, fazendo-se sentir o efeito ao nível das expectativas dos jovens quanto à sua inserção profissional e de forma mais premente no plano da realização pessoal e social. Na óptica de Pais (1994), a sociedade portuguesa do início da década de noventa caracterizava-se, do ponto de vista do emprego juvenil, pelas seguintes realidades: a) *compressão do emprego juvenil*; b) *inflexibilização laboral*; c) *periferização dos jovens em torno do 'mercado de trabalho secundário'*; e d) *crescente segmentação do mercado de trabalho*

(Pais, 1994: 17-18)³³. Mais recentemente o meu autor (Pais, 1998b: 192-193) voltou a frisar a relação entre a estrutura do mercado de trabalho e o desemprego juvenil e as condições de crescente precarização do emprego entre os jovens, pondo em evidência o predomínio cada vez mais acentuado das estratégias de flexibilização e rotação dos postos de trabalho. A crescente mobilidade laboral dos jovens portugueses constatada nos inquéritos nacionais do ICS (1987 e 1997) inspirou o autor a avançar com a noção de *desemprego de circulação*, para dar conta dos jovens que frequentemente acumulam mudanças de emprego.

Regressando aos estudos produzidos na década de oitenta, nomeadamente àqueles que se debruçaram sobre amostras representativas dos jovens portugueses, concluiu-se pela importância que o emprego ocupava nos universos representacionais dos jovens inquiridos, como principal móbil de realização pessoal. Com efeito, segundo o inquérito promovido pelo I.E.D. em 1983, o desemprego revelava-se como a maior das preocupações da juventude da altura (40,3% dos inquiridos) (cf. AA.VV., 1983)³⁴, preocupação esta sentida por "todos os grupos considerados no estudo, com a excepção dos jovens do estrato social alto, dos que só estudam e dos jovens que trabalham na agricultura e na pesca". Igualmente a tónica das preocupações com o desemprego volta a ser acentuada em 1987, com o inquérito do ICS, sendo esta preocupação consubstanciada na

³³ Do mesmo autor e defendendo os mesmos argumentos veja-se, em artigo anterior, Pais (1991: 951-955). Ver também a propósito da caracterização do desemprego de jovens nos anos oitenta em Portugal, assim como a seriação dos principais factores que, provavelmente, se encontram na sua génese, Pereira (1983b: 58 e segs). Neste trabalho, o autor a propósito da natureza do desemprego juvenil refere que "O desemprego de jovens é [...] um tipo de desemprego que abrange mão-de-obra potencial com vários graus de instrução. Daí nasce um dos traços estruturais da não utilização produtiva e socialmente útil dos jovens." (p.65). Sobre as mudanças detectadas nos países industrializados, particularmente nas duas décadas seguintes à Segunda Guerra Mundial, com repercussões entre os jovens, ver, entre outros, o já clássico relatório de James S. Coleman e Torsten Husén (1990: 6-7 e 81 e segs).

³⁴ No estudo sobre *Portugal, Valores Europeus*, desenvolvido a partir da administração de um inquérito por questionário comum a outros países europeus, cujo trabalho de campo remonta a meados de 1990, o desemprego juvenil encontrava expressão empírica essencialmente no escalão 18-24 anos, sendo que entre os 41% dos não empregados inquiridos 25% correspondiam àquele escalão etário. Cf. Jesuino (1993: 75-112). Para uma análise do desemprego juvenil e a reflexão sobre as estratégias possíveis para o emprego juvenil, saliente-se o documento publicado pela UNESCO sob a coordenação de Touraine (1988).

percepção que a consequente falta de dinheiro³⁵ se traduz por uma "menor autonomia nos consumos e pelo aumento de dependência económica face à família" (Andrade, 1989: 70)³⁶. Não é de estranhar, por isso, que entre os inquiridos de então predominasse a predisposição em aceitar quaisquer oportunidades de trabalhar, mesmo que isso implicasse ganhar pouco e efectuar uma actividade de menor satisfação pessoal.³⁷ À mesma conclusão chega Natália Alves volvidos dez anos apoiando-se análise dos dados do inquérito homónimo do ICS, permitindo-lhe salientar entre os jovens a consciência das causas do desemprego e a percepção do emprego como um bem escasso, sendo por isso compreensível denotar "uma disposição generalizada para aceitar, sem condições, a primeira oportunidade de emprego remunerado" (Alves, 1998: 130).

O usufruto de um menor salário, ainda que não permita materializar a completa autonomia económica, é entendido como uma possibilidade real de assegurar alguma margem de manobra e como uma forma de consolidar o leque das *experiências* ocupacionais, em sucessivos *ajustamentos* na estrutura sócio-profissional.³⁸

³⁵ Sobre a relação dos jovens portugueses com o dinheiro e os bens materiais, assim como a consequente dependência familiar na ausência de meios que tornem a autonomia possível, sugerem-se dois trabalhos de Schmidt (1989; 1990: 645-673).

³⁶ Confronte-se também a síntese preliminar dos resultados do inquérito, feitos por Andrade (1989: 99-110). Refira-se, a propósito um estudo sobre as relações entre equidade social, crescimento económico e cidadania política liderado por Villaverde Cabral, baseado nos resultados obtidos pela aplicação de um inquérito por questionário a 2500 pessoas, em 1994, onde se concluiu que entre as políticas públicas prioritárias a criação de empregos se encontrava no topo das preocupações. Cf. Cabral (1995).

³⁷ Um contributo para a clarificação da inserção na vida activa, o emprego e o desemprego juvenis, quer em Portugal, quer na CEE, foi-nos dado, por essa altura, por Campos Lima (1992). Neste trabalho uma das conclusões mais pertinentes revelava a existência de submercados de trabalho juvenis, compostos por milhares de jovens que se encontravam na sua maioria, "em postos de trabalho desqualificantes, de modo geral despersonalizados, incapazes de acumular as qualificações e as competências necessárias ao seu projecto" (p. 41).

³⁸ Os dados recolhidos pelo Inquérito de Percurso aos Diplomados do Ensino Superior - 2001, permitem-nos caracterizar o rol de experiências que se sucedem para muitos destes jovens, assim como vêm comprovar a existência de ajustamentos laborais até se obter uma adequação com a formação obtida com o diploma. Cf. INOFOR/ODES (2002)

Se as preocupações associadas ao desemprego (sobretudo a falta de dinheiro) parecem ser transversais à juventude amplamente considerada, aqui e acolá enfatizadas pelos constrangimentos posicionais que cada um ocupa no limiar do *acesso à vida adulta*, o que mais parece ressaltar é o quadro das múltiplas predisposições sociais objectivas e subjectivas face ao desemprego enquanto preocupação social, para uns encarado como entrave à inserção social, um potencial mecanismo gerador de exclusão social, para outros um obstáculo à materialização das expectativas de realização pessoal pelo emprego e, porventura, de mobilidade social ascendente e, ainda para outros, como uma dificuldade de *fuga* às redes de influência familiares, uma espécie de rompimento com os *destinos* socialmente traçados.

Apesar dos sinais contraditórios em relação à estrutura sócio-profissional e aos temores face às dificuldades na inserção profissional, os estudos efectuados à juventude portuguesa parecem querer corroborar a ideia de que a passagem para a vida activa não prescinde da adopção das fórmulas tradicionais de transição. Numa conjuntura onde se avolumam as perplexidades sociais poder-se-iam supor novos enquadramentos, ou como diz Kenneth Roberts (1985: 470), "il n'est guère douteux que la réaction la plus fréquente des jeunes eux-mêmes est d'essayer de préserver les parcours classiques".

Não obstante se ter já aludido à capacidade inventiva dos jovens face aos constrangimentos quotidianos, sendo inclusive nos contextos mais informais de socialização que muitas vezes se conseguem gizar "desenrascanços" e congeminar soluções que passam pela criação de pequenos negócios independentes (Pais, 1998a: 194), parece-nos compreensível que os jovens tendam para a defesa dos canais tradicionais de inserção social. Perante a ausência ou o encobrimento de referentes susceptíveis de se poder traçar *azimutes*, ou na menor percepção do futuro no presente, como diria Pais (2001), o quotidiano dos jovens, apesar dos riscos conhecidos, far-se-á, porventura, com o *conhecido* à vista.

Não deixa de merecer relevo que se tenha constatado que os horizontes futuros prognosticados pelos jovens inquiridos nos estudos da década de oitenta reflectissem confiança, donde se deduziu que os condicionalismos no acesso à vida activa pareciam não repercutir grandes influências no "quadro da experiência juvenil"³⁹ (Ferreira, 1989: 206). Contudo, se a *satisfação com a vida* assim como a *confiança no futuro* pareciam não ser abaladas com as dificuldades de inserção profissional, no entanto, segundo P. Moura Ferreira, estas dificuldades, quando prolongadas, poderiam afectar algumas das representações dos jovens na valorização do trabalho, da realização profissional e dos aspectos económicos da vida. Mas como alertava este autor,

"A centralidade dos valores como o trabalho ou a segurança material não resulta 'mecanicamente' das dificuldades de inserção profissional, mas insere-se num quadro mais amplo de orientações relativas ao futuro. Porém, temos de reconhecer nos problemas da passagem para a idade adulta uma das raízes dessas orientações" (Ferreira, 1989: 207).

Também aqui, no que concerne à inserção no mercado de trabalho, a adopção de uma focalização que contemple a análise das várias juventudes assume uma particular relevância no enquadramento da problemática em estudo. Neste sentido, (re)sublinhando entretanto a ideia que

"[...] a noção de 'passagem' ou de 'transição' para a vida adulta *integra*, mas ao mesmo tempo *ultrapassa*, a de *inserção profissional*, na medida em que nessa passagem ou transição se joga, ao mesmo tempo que a entrada no mercado de trabalho, o acesso a outras características socialmente atribuídas ao estatuto de adulto" (Pais, 1991: 957; 1994: 18; sublinhado no original),

³⁹ Sobre a "experiência juvenil" dos jovens que vivem nas *margens* da sociedade industrial, consultar Dubet (1987).

a ênfase predominante colocada por nós nesta esfera sócio-económica não deixará de ser, porventura, correlativa da importância que ela assume na definição da condição juvenil *tout court*, já que se constatou que as dificuldades de inserção profissional tendem a acentuar entre os jovens as clivagens sociais. Note-se que os efeitos resultantes da evolução da estrutura sócio-económica e da concomitante emergência de novas formas de ingresso na vida activa, em parte como resposta à crescente precarização do emprego e do acentuar do desemprego (particularmente o desemprego juvenil e o desemprego feminino), não deixaram intocáveis as estruturas de reprodução social e cultural, ofuscando-lhes a tradicional linearidade e com importantes repercussões nos processos de transição para a vida adulta (Pais, 1991: 957 e segs.). É esta ideia que mais tarde vem a sugerir a este autor a proposta de uma "sociologia da pós-linearidade" para se poderem abordar os múltiplos constrangimentos que constituem o actual cenário de transição para a vida adulta (Pais, 2001)⁴⁰.

Apesar destas transformações, a perspectivação da juventude enquanto categoria heterogénea parece ter granjeado, como já dissémos, alguma consensualidade investigativa, na medida em que

"[...] parler des jeunes comme d'une unité sociale, d'un groupe constitué, doté d'intérêts communs, et de rapporter ses intérêts à un âge défini biologiquement, constitue déjà une manipulation évidente" (Bourdieu, 1984: 145).

Ou, como acrescenta Alain Touraine, reforçando quer a artificialidade quer a heterogeneidade da *categoria*,

⁴⁰ Veja-se igualmente o texto de Ferreira (2003), em que o autor procura descrever o processo de transição juvenil a partir dos sentidos inerentes às palavras *passagem*, *movimento* e *combinação*. É justamente esta última que se revela fundamental na análise da transição juvenil, já que "os percursos para a idade adulta não são lineares nem únicos, mas abertos à diversidade" (p. 2).

"La jeunesse n'est pas une catégorie social, mais une construction culturelle et administrative, une partie de l'image que une société a d'elle-même. Un étudiant est plus semblable à l'ingénieur ou à l'avocat qu'il sera qu'au jeune habitant des banlieues, lui-même plus proche de l'ouvrier ou du travailleur du secteur informel qu'il a beaucoup de chance de devenir" (Touraine, 1993: 489).

Neste sentido, falar da inserção dos jovens na vida activa numa sociedade cada vez mais multicultural, exigirá do investigador a convocação de um conjunto de variáveis potencialmente explicativas (tais como o género, a classe social, a religião, a raça, a etnia, etc.) e que ajudem a perceber os diferentes contornos das várias condições objectivas e subjectivas, plasmadas, por exemplo, nos diversos percursos e oportunidades de vida, nas opções escolares e profissionais, nas origens sociais e nas redes de sociabilidade, etc.⁴¹ Somos tentados a reconhecer, na esteira reflexiva de António Joaquim Esteves, que

"o conceito de transição ao trabalho é, relativamente às categorias juvenis, uma metáfora de múltiplas referências, através da qual se configuram lógicas e processos sociais de outro modo dificilmente reconhecíveis, envolvendo entidades sociais — escola, família, saberes, Estado e gerações — que já não (a)parecem como pareciam" (Esteves, 1994: 91).

Mas aqueles que nunca foram jovens (no sentido sociológico) são "os 'enteados' da modernização: o caso dos 'jovens que nunca foram

⁴¹ Mesmo em contextos de natureza rural, nomeadamente no caso de uma comunidade investigada no norte de Portugal, em finais da década de oitenta, se vislumbravam distinções entre os jovens, designadamente entre os que continuavam os estudos para além da escolaridade obrigatória e os que ingressavam como aprendizes no mercado de trabalho, no desempenho de tarefas menos qualificadas. Como refere Augusto Santos Silva, esta polarização entre os jovens de S. Torcato, "É uma barreira radical, divide os jovens em duas *classes*, está articulada a diferenças em termos de origem e trajecto familiar de classe e configura virtualmente distintos trajectos e pertenças futuras de classe" Cf. A. S. Silva (1994: 358; *italico* do autor).

meninos"⁴². Retomando o texto clássico de Bourdieu (1984: 146), também aqui encontramos o caso do "du fils de mineur qui souhaite descendre à la mine le plus vite possible, parce que c'est entrer dans le monde des adultes".

3. Tendências actuais da inserção dos jovens portugueses no mercado de trabalho

Seguidamente apresentaremos algumas informações estatísticas sobre a situação actual dos jovens portugueses face ao mercado de trabalho, retiradas do Inquérito Permanente ao Emprego da responsabilidade do Instituto Nacional de Estatística. Com efeito, a figura II.1 revela-nos que no final do segundo trimestre de 2004 contavam-se na estrutura da população portuguesa cerca de 16% de estudantes, sendo a segunda condição perante o trabalho mais frequente e muito próxima do número de efectivos apresentado pela condição de reformados. É certo que outras realidades juvenis se vislumbram nesta figura para além da condição de estudante, não sendo difícil supor a presença significativa de jovens noutras condições (nomeadamente entre os desempregados, na categoria de "outros inactivos", no SMO). Mas se esta primeira figura nos revelou que a taxa de actividade nesse período se situava ligeiramente acima dos 52% (isto é, a mão-de-obra disponível de empregados e desempregados⁴³), a

⁴² Trata-se de uma rubrica de um artigo de J. Machado Pais que pretende evidenciar o impacto do processo de modernização da sociedade portuguesa na emergência de "processos de diferenciação social, marginalização e até de exclusão social entre algumas camadas sociais" e entre os quais se evidencia a especificidade de uma larga *franja juvenil* desenquadrada do arquétipo de jovem socialmente difundido. Cf. Pais (1994: 19). Vem a propósito a dedicatória do livro de Soeiro Pereira Gomes (1940), *Esteios: Para o Filhos dos Homens que Nunca Foram Meninos Escrevi este Livro*.

⁴³ Cf. I.N.E. (2004). *Estatísticas do Emprego — 2º Trimestre de 2004*. Lisboa: INE. Disponível em formato electrónico em www.ine.pt. Do ponto de vista conceptual, este inquérito ao emprego assume a noção de *população activa* como o "conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituem a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados)" (p.26).

figura II:2, por sua vez, mostra-nos que o escalão etário 15-24 anos é aquele que detém uma menor taxa de actividade, o que não surpreende se considerarmos que este escalão abrange as idades pertinentes para a frequência da escolaridade secundária e superior. O que talvez possa suscitar alguma problematização é o facto de se denotar na configuração deste escalão activo a tendência para a reprodução da diferenciação entre os géneros, à semelhança do que se passa nos outros escalões considerados. Todavia, não podemos esquecer que no actual quadro da sociedade portuguesa (e em geral nos outros países da Europa) se assiste a uma crescente feminização destes graus de ensino, pelo que as diferenças entre os jovens homens e as jovens mulheres parece revelar uma menor dedicação dos primeiros em relação à escola. De referir, ainda, que se olharmos para o escalão 25-34 anos, o que se observa é uma diferença menos vincada entre os géneros, o que poderá traduzir, a médio e a longo prazo, um progressivo esbatimento desta diferença com a entrada das mulheres na vida activa.

Figura II.1
Estrutura da população por condição perante o trabalho
(INE - 2º trimestre de 2004) (%)

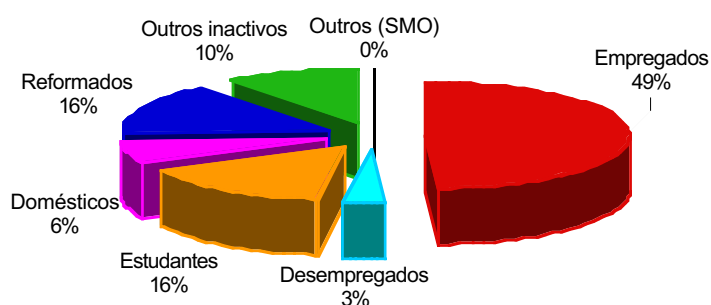
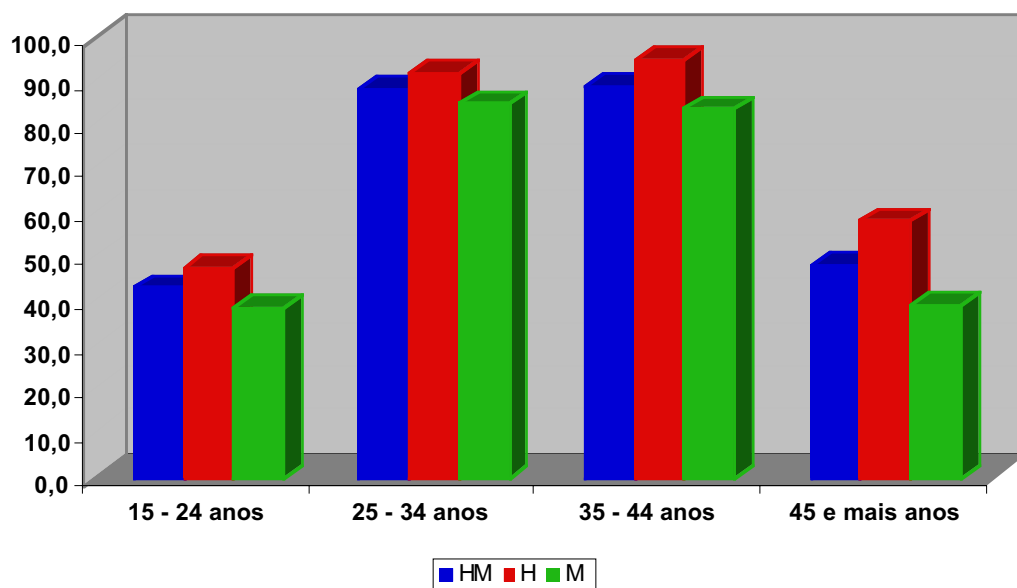


Figura II.2
Taxa de Actividade, por grupo etário e sexo
(INE - 2º trimestre de 2004) (%)



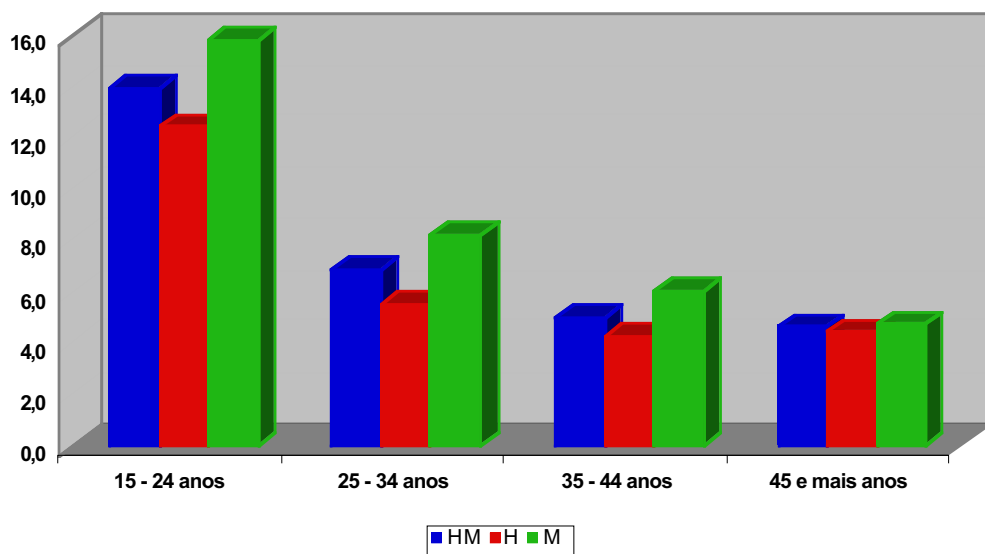
Não sendo certamente um cenário favorável para os jovens e mais ainda porque não entramos nesta leitura com a natureza dos vínculos contratuais, a figura seguinte introduz-nos efectivamente na realidade que tende a marcar a *condição juvenil* de forma mais decisiva. Falamos do desemprego e neste olhar pautado pelas estatísticas oficiais⁴⁴, confrontamo-nos com uma taxa de desemprego na ordem dos 14% entre os indivíduos pertencentes ao escalão etário dos 15 aos 24 anos, mais do dobro que o escalão 25-34 anos, aliás o segundo com uma maior frequência de pessoas desempregadas. Porém, poderíamos afirmar ironicamente que se não fossem as mulheres esta taxa era menor em

44

Para uma crítica à qualidade das estatísticas oficiais, no caso concreto do desemprego juvenil, consultar Pais (2001). Este autor propõe a noção de "não-emprego" para dar conta deste fenómeno numa perspectiva mais abrangente e sociologicamente mais pertinente. Assim, para dar conta dos "jovens desaparecidos nas teias das estatísticas do desemprego", muito por força do processo crescente de escolarização, J. Machado Pais propõe que se trabalhe com aquela noção cuja taxa se passaria a calcular do seguinte modo "desempregados 'não estudantes' (dos 15 aos 29 anos) + inactivos 'não estudantes' (dos 15 aos 29 anos) + jovens (dos 15 aos 29 anos) cumprindo o serviço militar obrigatório / total da população 'não estudante' e 'não reformada' (dos 15 aos 29 anos) X 100" (Pais, 2001: 30 e segs.).

ambos os escalões, o que aliás complementa a leitura acima tecida sobre a actividade laboral.

Figura II.3
Taxa de Desemprego, por grupo etário e sexo
(INE - 2º trimestre de 2004) (%)



Estes dados revelam-nos as vulnerabilidades em que se encontram os jovens para acederem à condição de activos adultos, cenário este recentemente apontado pelo Relatório da OIT intitulado "Tendencias mundiales del empleo juvenil" (versão castelhana), apresentado em Agosto de 2004⁴⁵. Neste estudo, refere-se que os jovens apenas constituem 25% de activos entre a população em idade laboral (15-64 anos) e que, em 2003, representavam 47% do contingente de desempregados no mundo. Neste relatório estimou-se que a redução do desemprego juvenil actual pela metade significaria um incremento de 2,2 mil milhões de dólares no PIB mundial, qualquer coisa como 4% do seu valor em 2003. Mas a grande perplexidade deste estudo emerge da constatação do Director Geral da OIT quando refere que "Estamos desperdiçando una parte importante de la energía y el talento de la generación de jóvenes más educada que hemos

⁴⁵ Cf. "Tendencias mundiales del empleo juvenil, 2004". Oficina Internacional del Trabajo, Ginebra, 2004. Disponível no site www.ilo.org/trends.

tenido", o que, de certo modo, não é indiferente à realidade portuguesa atendendo à elevada quantidade de jovens desempregados com formação superior.

4. Imagens e Representações da Escola

Ao assumir-se como protagonista na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, a escola pública acabou (ainda que tardiamente) por ver o seu acesso consagrado legalmente como um direito universal, iniciando-se assim um longo e sinuoso processo de democratização desta esfera educativa (cf., entre outros, Araújo, 1996; Afonso, 1999). Paralelamente à lenta e gradual consolidação do processo de igualdade formal de oportunidades educativas, foram emergindo as condições contextuais, políticas e educativas para o despontar de uma escola com novos desafios e novas interrogações, resultantes do complexo processo de massificação do ensino e do conseqüente abalo das tradicionais estruturas, racionalidades e práticas escolares. Se, por um lado, o princípio da igualdade formal de oportunidades estava legalmente consagrado, por outro lado, os efeitos que dali resultaram mais não fizeram do que acentuar *velhas* desigualdades e despoletar *novas* formas de discriminação social e escolar (cf. Bourdieu & Champagne, 1993). Questionam-se, então, algumas estratégias e práticas pedagógicas desenvolvidas pelos docentes, debatem-se e produzem-se reflexões em torno de uma democratização real das condições do sucesso escolar e, de forma mais polémica e controversa, problematiza-se a finalidade socializadora da escola, nomeadamente o seu papel para a promoção da democracia, da participação, da solidariedade, da igualdade, da tolerância, entre muitos outros valores.

No que respeita à realidade portuguesa, a consagração da Lei de Bases do Sistema Educativo, em 1986, parecia augurar para a escola pública um cenário propício ao desenvolvimento da socialização para a

democracia⁴⁶. No entanto, face à realidade actual, marcada sobretudo por um novo "escolocentrismo" (cf. Correia & Matos, 2001), que tende a apelar a renovados *mandatos* educativos no capítulo do conhecimento e do saber e a acentuar-se a responsabilização do sujeito pelos seus percursos escolares e de inserção social (cf. Afonso, 2001b; Lima, 2003, 2004⁴⁷), estamos em crer que se assiste a uma inversão das prioridades educativas, secundarizando-se, por assim dizer, uma vertente mais axiológica e cidadã da educação escolar⁴⁸. Por sua vez, alguns estudos sociológicos parecem apontar para uma crescente desvalorização da escola como espaço privilegiado de socialização (na acepção clássica, entenda-se), não obstante, e de forma paradoxal, se verificar uma tendência cada vez mais acentuada para eleger esta organização como um espaço de permanência mais prolongada dos jovens, ora decorrente das dificuldades inerentes à *transição para a vida adulta*, ora elegendo este contexto como *espaço autorizado* para a credenciação sócio-profissional, ora ainda como imperativo oficial de obrigatoriedade. E é por isso que o espaço-tempo escolar tende a introduzir alguma tensão na dimensão socializadora, nomeadamente no que concerne "ao desajustamento entre as culturas prescritivas que se dirigem a eles [alunos] e as culturas performativas por eles vividas" (Pais, 1999: sem pág.)⁴⁹. Este autor evidencia este paradoxo ao pôr em confronto a cultura escolar uniformizadora e orientada para um futuro

⁴⁶ Numa análise de conteúdo à LBSE, Lima (1992: 292) concluiu que "os conteúdos democráticos e participativos são muito referidos e valorizados".

⁴⁷ Num texto recente em que discutiu a cidadania e a educação, Lima (2004: 3) ao discutir a especificidade desta relação (despolitizada) na actualidade, concluiu que "repensar criticamente as relações entre educação e cidadania é tanto mais necessário quanto o novo cânone remete a educação para uma função meramente adaptativa e a cidadania para um modelo de mercado de liberdades, estritamente económicas, dos consumidores".

⁴⁸ A agenda político-ideológica introduziu recentemente em discussão pública uma nova Lei de Bases da Educação que tende a reconfigurar o actual quadro da escola básica, acentuando mesmo as orientações de cariz mais vocacionalista (e individualizante) dos percursos escolares dos alunos. Cf. Proposta de Lei apresentada pelo XV Governo Constitucional (Lei de Bases da Educação, 2003).

⁴⁹ Seguimos a versão electrónica do Curso de Verão de 1999, intitulado "As pessoas que moram nos alunos. Ser jovem, hoje, na escola portuguesa". Consultar em www.cursoverao.pt/c/1999/josepais.htm.

difficilmente concretizável com a configuração actual da escola, e as culturas juvenis que se tendem a construir na base de "mundos e modos de vida alternativos", que se consubstanciam em novas formas de socialização mais informais e apelando sobretudo a uma ética de cariz mais convivial⁵⁰.

A diluição da importância do espaço escolar como uma referência para os jovens pode, pois, como já anteriormente sublinhámos, ser perspectivada no quadro mais amplo da reconfiguração das instituições tradicionais de socialização (cf. Coleman & Husén, 1990; Touraine, 1998; Derouet, 2001) e na concomitante emergência de outros contextos e outros momentos concorrentes, talvez mais modeladores dos comportamentos e referências dos jovens, como são as esferas do convívio, das sociabilidades e dos lazeres. Por outro lado, interessaria analisar o enquadramento desta problemática à luz de todo o processo de transformação e mudança sócio-estrutural e educativa operado nas últimas décadas nas escolas portuguesas, de forma a problematizar a própria ideia de deslocamento das referências socializadoras dos jovens para fora da escola⁵¹.

As representações e as imagens dos alunos em relação à escola permitem-nos esboçar um retrato da(s) postura(s) deste grupo juvenil (estudantil) face à importância desta organização, e reflectir sobre a sua preponderância ou não na estruturação das convivialidades juvenis. Retomando os estudos produzidos na década de oitenta sobre a juventude portuguesa, nomeadamente o inquérito ICS assim como do inquérito IED, pudémos constatar diferentes representações que os jovens tinham da escola: enquanto os resultados do primeiro, reportando-nos a uma realidade apreendida entre 1986-87, apontavam para uma clara valorização da escola

⁵⁰ Um contributo recente para repensar o espaço escolar nesta óptica foi-nos trazido por Abrantes (2003: 4), no qual se equaciona "a escola na sua vertente mais informal, como um espaço (material e simbólico) criado *para* os jovens e reconstruído *pelos* jovens" (sublinhado no original).

⁵¹ Cf. a este propósito, o estudo sobre as práticas culturais estudantis na escola e fora da escola de Lopes (1997). Como refere este autor, "a escola transborda constantemente para o espaço exterior próximo, deixando de ser uma cidadela de muros intransponíveis. Sempre que tal possibilidade se lhes oferece, os alunos fazem *escola fora da escola*" (Lopes, 1997: 176; *italico no original*).

como um espaço privilegiado de convivialidade e de estruturação das relações sociais entre os jovens e uma menor importância conferida à certificação escolar (cf. Matias, 1989b); por sua vez, os dados do segundo, ao reflectirem uma realidade anterior (1983), destacavam uma valorização de escola que passava pelo "adquirir conhecimentos úteis" e "preparar para a vida profissional", sendo o "ter amigos" uma dimensão menos apontada (cf. Seruya & Seruya, 1985). Estes resultados, mediados por um espaço temporal que se pode considerar curto, indicaram então uma alteração no horizonte representacional dos alunos, o que não deixou de suscitar uma postura de maior acuidade analítica e sociológica: poderia esta tendência significar um indício de desvalorização da *função credencialista* da escola?; os dados apontariam para o resvalamento da função socializadora da escola para esferas conviviais entre grupos de pares? Se a tendência identificada parecia fazer sentido num quadro de profundas transformações na estrutura social, familiar e comunicacional, com destaque para a coexistência plural de modalidades de difusão da comunicação / informação que estruturavam o próprio quotidiano dos jovens, ela poderia também ser reequacionada na base de outros estudos igualmente pertinentes na área da sociologia das organizações, que nos revelam a importância do contexto e do enquadramento organizacional na construção das identidades colectivas através de um longo processo de socialização organizacional (cf. Sainsaulieu, 1987, 1988; Pinto, 1990; Dubar, 1997). Estaríamos então a conferir à escola enquanto organização uma valência acrescida na socialização dos estudantes, mesmo que estes não reconhecessem a importância dessa função. Mas sendo esta função altamente valorizada para os jovens representados no inquérito ICS (expressa pelo domínio das convivialidades), reforçada ainda pela manifestação de satisfação e bem-estar sobretudo em espaços "de menor constrangimento e sobre os quais os estudantes detêm maior controlo e gozam de maior autonomia" (Matias, 1989: 93) — o recreio / pátio e a sala de convívio —, importa, então, insistir na hipótese de que as convivialidades contextualizadas no espaço escolar,

poderiam constituir um reforço dos efeitos da socialização escolar, permitindo equacionar, por sua vez, a adequabilidade do modelo de socialização às finalidades educativas, nomeadamente as que decorrem da sua consagração legal.

Contudo, o cenário traçado pelo inquérito IED revelou um conjunto de imagens juvenis mais instrumentalizadoras da realidade escolar, ou seja, "como rampa de lançamento ou como factor de mobilidade profissional, como resposta institucional à necessidade social de aprender / conhecer" (Seruya & Seruya, 1985: 57), mais consentâneas com a *finalidade instrutiva*, especialmente imputada à escola secundária. Não menos importante se parecia configurar o papel da escola como *rampa* para a inserção no mercado de trabalho⁵², constituindo assim, naquela altura, uma instância conferidora de aptidões e *conhecimentos socialmente úteis* para a concretização da transição para a vida adulta.⁵³ Para estes jovens a escola tinha uma finalidade mais técnico-profissional e como tal, mais vocacionada para realizar uma preparação específica para o trabalho, através de uma poderosa estratégia de selecção e filtragem, do que para o desenvolvimento de esferas mais socializadoras e de promoção de uma cultura participativa e democrática. A pertinência sociológica da projecção deste horizonte escolar pelos jovens inquiridos parece residir no facto da permanência na instituição escolar, progressivamente mais prolongada e alargada a todos os estratos sócio-económicos, contribuir para o fomento de expectativas profissionais, como mecanismo de mobilidade social ascendente. Como a propósito apontaram Coleman & Husén (1990: 44)

⁵² A propósito do posicionamento dos jovens face à escola e, especificamente, em relação ao trabalho, saliente-se o trabalho de Lima & Silva (1986).

⁵³ Note-se, contudo, que a escola é diferentemente percepcionada de acordo com a origem social dos jovens, como demonstraram os resultados dos vários inquéritos à juventude, sendo os jovens dos estratos mais elevados aqueles que se caracterizavam mais por um maior prolongamento dos estudos e pela valorização da escola na aposta do desenvolvimento social e pessoal e das convivialidades; os de condição social mais baixa, estariam mais propensos a abandonar a escola para se inserirem no mercado de trabalho, assim como a escola era valorizada, fundamentalmente, numa óptica de certificação e fornecimento de conhecimentos. Para uma síntese destas tendências, Cf. Ferreira (1993).

"A rápida multiplicação das possibilidades de instrução para além da escolaridade obrigatória teve como efeito aumentar as expectativas e os anseios da juventude. Estes referem-se em particular à posição social e à natureza dos empregos a que poderão aspirar aqueles que se destacarem da multidão por terem prosseguido os seus estudos e obtido diplomas correspondentes".

O Observatório Permanente da Juventude voltou em 1997 a preocupar-se com as imagens juvenis sobre a escola e sobre a educação escolar. Tal como dez anos antes, os jovens inquiridos demonstraram a sua satisfação com esta instituição, mais concretamente no que se refere ao seu papel no fornecimento de conhecimentos e cultura geral e no convívio com os colegas (cf. Alves, 1998; Pais, 1998b, 1999). No entanto, muito embora denotando-se um acréscimo de satisfação geral, o cenário agora esboçado trazia-nos uma realidade incontornável que era o facto de cerca de 64% dos inquiridos terem reprovado pelo menos uma vez. Assim, perante este panorama, o olhar efectuado por Pais (1999: sem pág.) levou-o a deduzir que

"os mecanismos de reprovação escolar antecipam o processo de exclusão dos jovens do mercado de trabalho. Para os jovens desempregados (e também para as jovens domésticas), e com índices de reprovação que rondam os 80%, a escola parece ter cumprido a função de os preparar para o desemprego".

E da análise que este autor produziu sobre a transição da escola para o mercado de trabalho emergiu uma ideia forte, que de certo modo relativiza o lugar-comum que mais tende a pressionar a instituição escolar na actualidade: entre os jovens parece não estar cristalizada a responsabilidade da escola na eventual impreparação para o mercado de trabalho; pelo contrário, parece aceitar-se com mais pertinência que o desemprego se deve, sobretudo, à falta de dinâmica no mercado de trabalho

para gerar mais empregos. No fundo, sublinhavam-se, aqui, causas estruturais da sociedade portuguesa na inserção profissional dos jovens.

Estas representações juvenis, muito marcadas pela preocupação da inserção profissional, parecem hoje mais problemáticas, sobretudo quando se confrontam com as dificuldades que emergem associadas à autonomização da esfera familiar, colocando-se agora com mais pertinência a própria integração social dos jovens (cf. Pais, 2001). No entanto, os discursos educativos que durante as décadas de oitenta e noventa anunciavam como inevitável a relação entre a escola e a vida activa, parecem ter encontrado um *background* político-ideológico e económico ainda mais favorável, na transição do novo século, para lograr com mais expressão aquela agenda⁵⁴. E foi no quadro de um discurso educativo que substituiu o desígnio de democratização da educação pelo objectivo da racionalização, optimização e eficácia, que a perspectivação de uma escola *instrutiva* e *produtiva* pôde ganhar alguma pertinência, na medida em que se passou a equacionar a escola como uma empresa, nomeadamente

"[...] uma 'empresa-educativa' como se afirma em documentos da UNESCO, ou como argumentava o ministro francês Jean-Pierre Chevènement, é uma 'indústria de mão-de-obra', como refere em textos da OCDE" (Lima, 1994: 125-6; aspas no original).

Assim, o aparecimento de uma lógica empresarialista parece condicionar a construção de uma escola especialmente vocacionada para a socialização e educação dos jovens para democracia e participação, valores e ideais estes que acabam por estar ao serviço da promoção da eficiência e da eficácia educativas.

54

Como então muito pertinentemente afirmaram Correia et al. (1993: 26): "A promoção da educação para o trabalho e a interferência crescente e directa do mundo empresarial quer na definição das normas de qualidade da formação promovida pelos sistemas educativos, quer na implementação de medidas visando assegurar essa qualidade constituem, pois, características comuns a grande parte dos 'discursos educativos' produzidos pelo poder político na década de 80". Para uma análise do discurso educativo das duas últimas décadas, consultar os trabalhos de Antunes (1998 e 2004).

Se é inegável que as representações dos jovens portugueses conferem importância à instituição escolar como instância de *passagem na transição para a vida adulta*, funcionando assim como um espaço referencial e unificador da juventude, mais polémicos parecem configurar-se os seus posicionamentos face às finalidades da educação escolar. Por exemplo, no inquérito ICS de 1987, conferia-se importância aos momentos de convivialidade e sociabilidade escolares, remetendo-nos para uma visão de escola com um forte potencial socializador, mas muito *guettizado*, isto é, restrito às dinâmicas juvenis no interior do espaço escolar, sobressaindo as dimensões mais informais das interações quotidianas dos jovens. Em contrapartida, recuando ainda mais no tempo ao inquérito IED, a imagem de escola dominante relevava a missão de habilitar os jovens para o mercado de trabalho, representando assim um "vínculo transitório de impacto inegável, um referencial do seu posicionamento social (e neste sentido, um alicerce da sua identidade)" (Seruya & Seruya, 1985: 58), relegando esta instituição para um plano secundário na socialização e estruturação das práticas e valores sociais dos jovens.

Em suma, os estudos que mereceram a nossa atenção nesta secção, realizados em momentos distintos das décadas de oitenta e noventa, parecem acompanhar as transformações sociais ocorridas nessa altura e que implicaram a redefinição e o alongamento progressivo da condição juvenil. A alteração registada no universo representacional dos jovens portugueses em relação à escola, ou seja, a ênfase colocada primordialmente nas convivialidades proporcionadas na e pela escola, ainda se ajusta à perplexidade vislumbrada por Coleman & Husén (1990:15):

"A problemática da situação dos jovens na sociedade actual reflecte-se em vários paradoxos. Nunca antes os jovens tiveram, em média, tantas possibilidades como hoje; mas nunca, como hoje, a concorrência por estas oportunidades foi tão viva. Uma grande proporção dos alunos de 13 a 16 anos têm uma atitude negativa relativamente aos estudos, mas, mesmo assim, muitos

deles continuam a seguir um ensino escolar para além da idade de escolaridade obrigatória. Justamente quando os jovens sabem com menos precisão para que é que estudam, são induzidos a prosseguir a aprendizagem durante mais tempo que outrora".

É nesta linha de um certo desencantamento juvenil com a escola e do esmorecimento das suas funções tradicionais, possivelmente ancorados a juzante num horizonte de esvaziamento das expectativas, que se assiste à perda de possibilidades de afirmação, no próprio espaço escolar, da valência socializadora institucionalmente regulada — por exemplo, no domínio, da educação democrática e participativa — e da concomitante conquista desses espaços por instâncias concorrentes a nível informal, genericamente com expressão para além das fronteiras físicas da escola e que cada vez mais enformam o horizonte simbólico dos alunos. Isto conduz-nos, certamente, à percepção da escola como um lugar privilegiado de afirmação de grupos de jovens, uma vez mais na esteira da pluralidade juvenil, uma espécie de fenómenos de *guettização*, muitos dos quais podem gerar condições para a prevalência de situações de *contracultura* escolar.

5. A Participação Social e Política

O estudo da participação social e política dos jovens tende a acentuar um grau reduzido de envolvimento destes actores nas várias esferas institucionais da sociedade portuguesa, o que aliás não parece muito distante das tendências registadas no quadro mais vasto das práticas participativas e democráticas da população em geral. Num trabalho que tomou em consideração outros países europeus, Santos & Dias (1993), perante níveis de associativismo e activismo sociais menos expressivos no

nosso país, sugeriram mesmo a existência de um fenómeno típico de *não participação*⁵⁵ arreigado na estrutura da sociedade portuguesa.⁵⁶

Sem cairmos na tentação de revermos nos comportamentos participativos da juventude uma réplica das tendências verificadas entre os mais velhos, convém não ignorar, por um lado, que a política parece estar mais intrínseca e tradicionalmente associada ao mundo adulto, gerando mesmo comportamentos de tipo *fetichista* e de alienação face a um enquadramento simbólico-ideológico de difícil apreensão / iniciação; por outro lado, o alheamento dos mais novos pode mesmo decorrer da própria condição juvenil que condiciona a assunção de direitos fundamentais da cidadania. É neste sentido que, sublinhando Ralf Dahrendorf, poderemos, porventura, questionar algumas observações críticas de cariz *adultocêntrico* veiculadas quer por políticos, quer inclusive por alguns investigadores, na medida em que segundo este autor "é uma condição de acesso à participação social que existam oportunidades de emprego para todos" (Dahrendorf, 1993: 48). Outra questão candente levar-nos-ia a problematizar se os jovens estariam ou não interessados em participar politicamente, pelo menos nos moldes como a política, assim como o *campo político*⁵⁷, se prefigura perante eles.

⁵⁵ Entre nós saliente-se a perspectivação da participação / não participação juvenil, nomeadamente a participação discente, e a participação docente no contexto das escolas secundárias e respectivo enquadramento na sociedade portuguesa, por Lima (1988, 1992).

⁵⁶ Como refere M. de Lourdes Lima dos Santos, a procura de uma explicação para os fracos níveis de associativismo, que normalmente decorrem da "relação entre a falta de mobilização e a existência de formas alternativas de participação na vida colectiva" poderia encontrar eco nas especificidades dos países mais ocidentais da Europa: "assim, a presença de mais fortes laços de parentesco ou laços comunitários nos países do Sul da Europa explicaria, pelo menos em parte, os mais baixos níveis de associativismo nesses mesmos países". Cf. Lima dos Santos (1993: 289). Alguns autores, como por exemplo Braga da Cruz (1995: 353), tendem a aceitar esta tese, apenas temporalmente inflectida no período revolucionário pós 25 de Abril de 1974: "*A explosão da participação que se verificou ao longo da transição revolucionária, entre 1974 e 1976, traduziu porém mais uma súbita descompressão social e política do que uma profunda e consistente mudança de atitudes e comportamentos. A comprová-lo está o facto de, após alguns anos de grande efervescência e movimentação social e política, os portugueses terem regressado a hábitos que se inscrevem numa linha marcante de continuidade em matéria de participação*" (*italico no original*).

⁵⁷ Sobre o conceito de campo político consultar, Pierre Bourdieu (1989: 163 e segs.). Como refere este autor, "o campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de

Assim, numa óptica de participação social e política da juventude, não podemos deixar de registar algumas incoerências sociais quando observamos a problemática *transição para a vida adulta*: dificulta-se cada vez mais a obtenção desta, em parte, por imperativos do mercado de trabalho, logo retarda-se a maturidade social; contudo, esta maturidade não se questiona quando se permite o usufruto básico da democracia, o voto, aos 18 anos, o que contribui para a legitimação de um poder político; também do ponto de vista jurídico, embora mais cautelosamente, o jovem tem condições para assumir as responsabilidades penais a partir dos 16 anos, quando este "se encontra ainda no limiar da sua maturidade"⁵⁸.

No que concerne à participação social e política dos jovens portugueses, sabe-se, pelos inquéritos realizados no decurso da década de 80, que ela não se afastava das tendências mais gerais da sociedade portuguesa. Deste modo, pelo inquérito IED, realizado em 1983, concluiu-se que a juventude portuguesa se revelava "pouco participativa e sem grande actividade social" (Braula Reis, 1986: 139). Esta constatação assentou ora no fraco número de respostas aos indicadores que operacionalizavam a participação social, ou seja, a assistência ou participação em reuniões cívicas, culturais e políticas, ora na baixa mobilização para participar em acções conducentes quer à resolução de problemas nacionais quer internacionais, tais como manifestações, greves, recolha de assinaturas, colagem de cartazes, participação em debates / reuniões e acções violentas. Segundo concluiu Braula Reis (1986: 51) nessa altura,

"o jovem actual, com a idade dos 15-24 anos, alheia-se ou é alheado da forma como está organizada a sociedade a que pertence, não participando nas reuniões de carácter institucional em que se colocam e discutem problemas do seu quotidiano, seja

'consumidores', devem escolher, com probabilidades de mal-entendido tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção" (p. 164; aspas no original).

⁵⁸ Excerto retirado do preâmbulo do D.L. nº 401/82 de 23 de Setembro, que estabelece um *direito penal especial para os jovens* (16-21 anos).

da sua vida profissional e estudantil, seja dos seus tempos livres e lazeres."⁵⁹

Quanto aos dados fornecidos pelo inquérito ICS, em 1986/87, de entre um conjunto de *aspectos da vida mais valorizados pelos jovens*, a participação social e política apenas reunia 2,8% das suas preferências, e quando projectado no futuro, parecia gerar uma expectativa de indiferença em 36% dos jovens inquiridos, o que levou Ferreira (1989: 115) a concluir que "a participação política e social parece não exercer grande atractivo nem ser central no futuro dos jovens".⁶⁰ Ainda relativamente ao inquérito ICS de 1987, a partir dele se revelaram, também, a fraca pertença a associações / clubes / grupos, bem como o manifesto desinteresse projectado numa possível pertença, indiciava-se, fundamentalmente, um associativismo de cariz lúdico (Nunes *et al.*, 1989). A "débil participação" dos jovens nos diversos tipos de associativismo propostos justificar-se-ia, então,

"em função da *opção* que fazem por formas mais informais de participação social e que mais prazer lhes darão — a participação que quotidianamente desenvolvem com os seus amigos e grupos de amigos, em termos de sociabilidade, nos vários domínios da sua vida, de uma forma informal, lúdica, não institucionalizada, mas

⁵⁹ A propósito desta conclusão, Paulo Antunes Ferreira, num trabalho de síntese sobre os estudos extensivos produzidos na década de 80 sobre a juventude portuguesa, criticava a autora ao sugerir que a ausência de uma *participação social formal* não permitia concluir pelo alheamento dos jovens em relação à organização da sociedade a que pertencem. Segundo ele, "As formas de organização de uma sociedade podem ser de natureza muito diferente, sendo uma delas os 'grupos de jovens', e o que se vê através do inquérito do ICS é que os jovens desenvolvem uma activa 'participação social informal' através dos seus grupos de amigos" (Ferreira, 1993: 98; aspas no original). Para uma caracterização das participativas dos estudantes no Porto, consultar Fernandes *et al.* (1998) e Fernandes (coord.) (2001).

⁶⁰ Mediando estes dois inquéritos, um outro importante trabalho foi produzido em 1984 por M. Braga da Cruz, também ele recorrendo à técnica do inquérito por questionário, aplicado a uma amostra de 900 jovens, e que permitiu uma abordagem mais direccionada às várias dimensões da participação política da juventude portuguesa (Braga da Cruz, 1985). Partindo da necessidade de averiguar o grau de associativismo e activismo social dos jovens, como indicador de integração social e como condição de participação, o autor apurou um valor de 45% de jovens integrados em associações, em diferentes níveis de actividade e responsabilidde, mas perante os valores registados numa escala de coeficientes de activismo social (activismo social / passividade individual), este autor concluiu por "um acentuado pendor mais passivizante e individualizante no comportamento social da juventude" (p.1076).

cujos efeitos de socialização não podem deixar de ser considerados" (Id. Ibid.: 162; *itálico* no original).⁶¹

Por sua vez, no inquérito ICS de 1997 os resultados vêm igualmente confirmar a "relativa debilidade das *identificações associativas* dos jovens portugueses" (Fernandes, 1998: 317; *itálico* no original), registando-se para o *associativismo cívico* taxas de adesão situadas entre o 1% e os 5% e para o *recreativo* os valores tendem a crescer, muito por força da pertença a grupos desportivos. Perante estas baixas taxas de adesão ao associativismo formal, somos levados a concordar com a posição desta autora quando afirma que, por conseguinte, se impõe ao sociólogo empenhado no estudo das culturas juvenis o desafio "de aprefeioar a construção de indicadores susceptíveis de captar as novas modalidades informais do associativismo e, consequentemente, da cidadania" (Id., Ibid).⁶²

Os baixos níveis de associativismo juvenil evidenciados por estes estudos, encontram explicação, segundo alguns autores, essencialmente, na existência de mecanismos integrativos característicos da sociedade portuguesa, ou mesmo inserirem-se num movimento mais global de desenvolvimento das sociedades actuais,

"remetendo para determinados aspectos das mudanças sociais que correspondem ao acentuar da individualização em desfavor da acção colectiva, à prioridade das competências pessoais sobre as pertenças grupais, fenómeno que não será alheio às exigências

⁶¹ Como também refere Prieto Lacaci (1998: 9), "Los grupos de amigos y de conocidos, es decir, las agrupaciones *informales*, siguen siendo en estas sociedades [sociedades complejas e democráticas] las formas asociativas más frecuentes y prácticamente todos los jóvenes forman parte de alguno" (*itálico* no original). Sobre o associativismo juvenil na Europa, consultar o estudo de Vanandruel et al. (1995).

⁶² Num outro inquérito aos jovens portugueses, realizado em 2000, sobre *Condutas de Risco, Práticas Culturais e Atitudes Perante o Corpo*, também da responsabilidade do ICS e no âmbito do Observatório Permanente da Juventude, Gomes (2003: 221), ao analisar os *tempos livres de participação cívica* (isto é, "ser voluntário em projectos sociais; participar numa associação juvenil ou estudantil; participar noutro tipo de associação; participar em acontecimentos políticos"), concluiu que esta modalidade de lazer é "francamente minoritária entre a juventude portuguesa".

de uma formação competitiva, orientada para performances profissionais altamente qualificadas" (Lima dos Santos, 1993: 289).

Assiste-se, contudo, a um enquadramento institucional do fomento do associativismo juvenil, não só para colmatar a sua inexistência numa sociedade de tipo democrática e participativa, acreditando-se no potencial redentor e de mudança social normalmente associado à juventude⁶³, afigurando-se o contexto associativo também como meio / modelo alternativo ou paralelo de socialização⁶⁴.

Em relação à participação eleitoral juvenil, para das razões genéricas apontadas para a participação em geral, haveria igualmente que reflectir na possibilidade de existência de um desenquadramento de interesses, de um campo tradicionalmente controlado pelos adultos e revestido de racionalidades algo desfocalizadas do quotidiano dos jovens, deslocando-se estes para esferas mais consentâneas com os seus modos de vida e com os valores emergentes que se projectam em preocupações e expectativas futuras. Não estranha, por isso, que a participação juvenil se tenda a processar em ambientes mais informais, menos enquadrados institucionalmente, muito embora se verifique que uma pequena parcela de

⁶³ Como referia Couto dos Santos (s/d: 1) numa publicação do Instituto da Juventude, "Os Jovens Portugueses sabem que, num regime democrático, é através do diálogo da participação e da consciencialização crítica e política que melhor poderão construir uma sociedade aberta e dinâmica onde será possível manter o seu ritmo de criatividade, irreverência positiva e crítica construtiva. [...] Do encontro destas vontades e do empenho político de ambas as partes resultará, certamente, um ganho acrescido para a democracia e uma valorização do seu eixo mais nobre: a participação".

⁶⁴ Procurando compreender qual a sua expressão na escola portuguesa, assim como o seu papel no seio desta instituição, nomeadamente na socialização dos alunos na aprendizagem da democracia e da participação, um grupo de investigadores, dirigido pelo Prof. Licínio C. Lima, e no qual nós nos incluíamos, realizou um projecto sobre o associativismo estudantil na escola secundária, no início da década de noventa. Uma das ideias-força que emergiu deste trabalho foi o não aproveitamento das dinâmicas juvenis no espaço escolar para a promoção de uma educação cívica e democrática. Para um aprofundamento deste estudo, consultar Lima (dir) (1998). Em relação à nossa contribuição neste projecto, ela centrou-se no estudo das dinâmicas estudantis em período eleitoral, desde a constituição das listas até ao escrutínio das urnas, cf. Palhares (1998).

jovens se interesse pela manutenção e reprodução da estrutura político-partidária.⁶⁵

Num (polémico) trabalho apresentado em finais da década de oitenta sobre *A situação dos professores em Portugal* (Braga da Cruz et al., 1988), revelava-se a fraca propensão dos professores em manter conversas sobre política com os alunos fora das aulas. Assim, se os professores não pareciam muito activos na influência política dos jovens, curiosamente o contexto escolar figurava como estando na origem desse interesse (cf. Braga da Cruz, 1990), o que uma vez mais nos remetia para a importância das esferas da informalidade e da convivialidade no desenvolvimento pessoal e social dos jovens.⁶⁶

Mas se, em jeito de síntese, podemos afirmar que o retrato da juventude portuguesa parece apontar para um desinteresse e/ou afastamento em relação à política⁶⁷, muito embora a sua *cultura política* se possa considerar mais elevada que a dos seus progenitores — sobretudo pela posse de níveis mais elevados de escolaridade e consequentemente pela detenção de valências potencialmente mais descodificadoras da linguagem e das práticas políticas, e porventura por um maior tempo de

⁶⁵ Com efeito, um estudo realizado sobre as *atitudes da população portuguesa perante o desenvolvimento*, permitiu estabelecer o perfil do militante partidário, onde se destacam o atributo masculino ("na proporção de um para dois"), o ser jovem ("perto de metade tem menos de 35 anos"), o possuir um nível de instrução elevado ("45% atingiram, pelo menos, o nível secundário, contra apenas 27% no conjunto da população") e o pertencer a estratos sociais e económicos superiores (Cabral, 1995: 194).

⁶⁶ A partir das representações de jovens participantes em congressos das quatro maiores organizações partidárias da juventude (*élite política juvenil*), a escola aparece remetida, provavelmente, para uma função mais instrutiva, sem que se perspetive a sua importância na educação / socialização para a democracia, pois constatou-se que "a formação cívica política recebida na educação escolar é considerada negativa pela maioria (64%): 40% dizem-na deficiente e 24% mesmo má" (Braga da Cruz, 1990: 236).

⁶⁷ Sobre o interesse dos jovens pela política, os dados fornecidos pelo inquérito IED e analisados por Braula Reis (1985: 125), configuravam um cenário de apenas 10,4% de muito interesse declarado, pouco interesse 46,0% e nenhum interesse 43,0%; também a partir do mesmo inquérito, mas perspectivando a construção da identidade psico-social dos jovens, Vala (1986: 86) aponta valores de interesse pela política de 27,8% e 15,4%, respectivamente para rapazes e raparigas; finalmente, com base no inquérito ICS, Conde (1989: 180 e segs.) salienta que entre os jovens inquiridos prevalece a discordância (57%) de que eles tenham um maior distanciamento da actividade política que os mais velhos. Ver também Braga da Cruz (1985: 1076 e segs).

exposição aos *media* —, no entanto, a não provável correspondência entre a realidade política e as expectativas e os valores dos jovens, pode ter contribuído para a uma nova forma de politização da vida quotidiana, em domínios que apelam a uma outra consciencialização e *práxis* políticas.

Poder-se-ia, então, supor que este deslocamento de interesses se revestisse naquilo que é actualmente se vem designando por *novos movimentos sociais*⁶⁸, que tendem a constituir espaços de participação mais voltados para a melhoria da qualidade de vida, nos domínios do ambiente e da protecção da natureza, da manutenção da paz, dos direitos humanos, da igualdade sexual, entre outros.⁶⁹ Aquilo que distinguiria estes novos movimentos sociais de outros que os antecederam, tal como o movimento operário, seria, segundo Alain Touraine a sua despolitização, o que, de certo modo, contribuiria para o enfraquecimento da própria democracia representativa. Deste modo, "les nouveaux mouvements sociaux et culturels créent une plus grande distance entre protestation social et action politique" (Touraine, 1984: 325-326). Ora, se partíssemos da conceptualização de movimento social preconizada por este autor dificilmente poderíamos catalogar como tal as acções despoletadas na actualidade em torno daqueles domínios, porque estas tendem a caracterizar-se pela sua efemeridade, pela sua espontaneidade e informalidade organizativa, muito embora algumas se reavivem ciclicamente em determinadas conjunturas sócio-políticas.⁷⁰ Neste sentido, porque ainda em contexto de (re)definição e de emergência de novos campos de participação democrática, a refocalização da problemática dos movimentos sociais pressuporia a

⁶⁸ Sobre esta problemática, na vasta bibliografia disponível, destacamos, entre outros, Touraine (1984); Giddens (1995); Chazel (1995); Maheu (Ed.) (1995). Sob o enfoque específico dos movimentos juvenis, consultar Feixa Saura & Costa (ed.) (2002); Drago (2004).

⁶⁹ Para uma análise da participação social e política da juventude espanhola e o pelo suscitar nesta desse deslocamento de interesses para as esferas da política não oficial, Cf. Lacaci (1985).

⁷⁰ Sobre a crítica à concepção de movimento social proposta por Touraine, por repousar quase exclusivamente no modelo do movimento operário, Cf. Chazel, (1995: 261).

adoção de uma concepção mais flexível e enquadrada, por exemplo, na proposta Chazel (1995: 226), uma vez que por movimento social se entende

"um empreendimento colectivo de protesto e de contestação que visa impor mudanças, de importância variável, na estrutura social e/ou política através do recurso frequente, mas não necessariamente exclusivo, a meios não institucionalizados".

6. Culturas Juvenis e Modos de Vida

O rompimento com uma acepção de cultura juvenil, equivalente do ponto de vista conceptual à noção de juventude socialmente difundida, remete-nos para a análise das práticas quotidianas e para o seu contexto social de produção, embora sem descurar a função inculcadora e/ou (re)socializadora dos principais meios de comunicação de massa.⁷¹ O nosso pressuposto de base privilegiará, então, a necessidade de perspectivar a polissemia da designação *cultura juvenil*, já que sendo esta centralmente erigida como modelo de referência tendencialmente uniformizante, o seu impacto não deixa de esbarrar com as diferentes predisposições objectivas e subjectivas dos jovens, o que em última análise contribui para a (re)produção de diferentes efeitos nas identidades e práticas juvenis.⁷²

A metamorfose da sociedade contemporânea, ainda que permaneça suspensa quanto ao desenlace de um novo quadro civilizacional, acarretou consideráveis alterações qualitativas nos modelos de socialização dos jovens. Isto é, assiste-se à desvalorização de um *modelo de identificação*

⁷¹ Para uma análise do processo comunicacional em articulação com a cultura juvenil, tendo por base a realidade espanhola, consultar Rodríguez González (ed.) (2002).

⁷² Sobre o desenvolvimento recente, em Portugal, de investigações subordinadas ao tópico cultura(s) juvenil(is), cf. Contador (2001) e Fonseca (2001). No que concerne à realidade britânica consultar Roberts & Parsell (1990).

(centrado nas tradicionais instâncias de socialização: família, escola, emprego) e à emergência de um *modelo de experimentação* (decorrente das novas formas de vida), segundo Galland (1991: 158), ou à passagem de uma *socialização de produção* a uma *socialização de consumo*, segundo Baethge (1985: 484 e segs.). Para este autor, estamos em presença de duas "structures archétypes d'expérience", caracterizando-se a primeira por "processus d'expérience où dominant des actes extravertis, qui [...] se déroulant dans le travail au sens de la famille ou de l'entreprise"; e a segunda, designando "les processus d'expérience où dominant des actes réceptifs et réflexifs, notamment ceux de l'apprentissage [dans] l'école ou dans d'autres établissements de formation." (Id. Ibid.: 485). Contudo, sendo a juventude um dos suportes da actual sociedade de consumo, quer erigida enquanto padrão modelar, quer eleita como alvo preferencial das estratégias publicitárias (Schmidt, 1985)⁷³, quer ainda como *actor colectivo* com potencial regulador das influências comerciais, admitir uma socialização de consumo que sustenta um actor eminentemente receptor e não produtor, será, segundo Pais (1993a: 27-28), no âmbito das culturas juvenis, "opor-se a ideia do 'reencantamento' provocado pelo apego dos jovens aos 'santuários do quotidiano'" (aspas no original).

Neste sentido, segundo este autor, a refutação de uma imagem unitária de cultura juvenil difundida socialmente e particularmente sedimentada pelos *media* passa pela adopção de estratégias investigativas que penetrem "nos meandros do quotidiano dos jovens" (Pais, 1993a: 28)⁷⁴. E uma postura investigativa desta índole mais não faz que evidenciar práticas e identidades culturais diversificadas, que são de sobremaneira enfatizadas

⁷³ Ver também o importante trabalho que aborda as relações entre consumo, juventude e meios de comunicação, de Neyrand & Guillot, (1989). Ver também, Stewart (1992).

⁷⁴ Do mesmo autor, consultar o trabalho produzido a partir do inquérito ICS (1987) sobre o uso do tempo e espaços de lazer. Cf. Pais (1989). Acrescente-se ainda, sobre a convivialidade e a relação com os outros, da mesma colecção, o trabalho de Nunes *et al.* (1989). No estudo dos públicos, da cultura e das suas práticas, Lopes (2000: 230), ao reflectir sobre o uso do tempo entre os jovens, acrescenta "que as culturas juvenis, na sua diversidade, (re)inventam formas de passar o tempo, não interessando apenas aos jovens que a sua vida passe a correr, mesmo tratando-se, para muitos, de uma interminável 'sala de espera'" (aspas no original).

se o domínio privilegiado de análise se centrar nos lazeres e nas sociabilidades juvenis. Assim, a investigação de cariz etnográfico desenvolvida junto de três grupos juvenis diferenciados, sobretudo quanto à sua origem social e em contextos de marcada diferenciação social (a *Coutada do Conde*, corresponde a um segmento social alto, de cariz *aristocrático*; a *Dorninha*, que expressa as características de um tecido social de classe média e de meio urbano; e o *Rio Cinza*, que pretende ilustrar uma comunidade operária e periférica), permitiu ao autor descobrir

"Que os jovens não participam no mesmo tipo de práticas sociais e culturais; que eles vivem de forma diferente; que diferentes práticas de lazer estão na base de diferentes culturas juvenis e vice-versa; que os fundamentos de constituição, instituição e legitimação sociais dessas práticas variam de contexto para contexto social; que essas práticas sociais e culturais — embora consagrando e legitimando diferenciações intergeracionais — também consagram e legitimam diferenciações intrageracionais; enfim, que a socialização dos jovens, no domínio do lazer, origina diferentes culturas juvenis" (Pais, 1990b).

Mas se emergem aqui diferenciações mediatizadas sobretudo pela origem social dos jovens, apesar da constatação de outras *nuances* introduzidas por variáveis como o sexo, a idade, a condição perante o trabalho, etc., a utilização da designação cultura juvenil, em sentido lato, não será desadequada quando reportada ao conjunto de valores mais ou menos atribuídos e/ou partilhados pela juventude enquanto *fase de vida*, que configure os traços distintivos de uma identidade de natureza geracional.⁷⁵

⁷⁵ Assim, a ilustração desta identidade fundada em dimensões mais perenes e unificadoras, daquilo que se pode designar por *valores da juventude portuguesa dos anos 80*, está bem plasmada no *retrato* que Pais (1993b: 5) revelou a partir da síntese dos estudos produzidos em Portugal na década de oitenta: "os jovens portugueses dos anos 80 valorizam os espaços de afirmação e realização pessoal (na escola, no trabalho, na sexualidade e no lazer); privilegiam as microestruturas e as microssolidariedades sociais (a família e os grupos de amigos); manifestam indiferença em relação às instituições centralizadas (os partidos políticos, a Igreja, as organizações sócio-profissionais); rejeitam a participação formal, finalista e dirigida (associações, partidos políticos, sindicatos); manifestam-se a favor das novas tecnologias, do desenvolvimento económico e da iniciativa privada; revelam-se optimistas em relação ao futuro

Este cenário, embora norteado pela asserção plural das práticas e culturas juvenis, não pode deixar de convocar os aludidos contornos da actual sociedade na (re)estruturação das identidades e dos modos de vida juvenis, ao potenciar uma problematização destes estritamente associados aos limites de cariz classista, ocupacional, educacional, de *habitat*, entre outros. Sublinhamos, deste modo, uma natureza dinâmica, produtiva e apropriativa de *lugares* e de contextos culturais e sociais, um processo dialéctico na (re)construção das identidades juvenis⁷⁶, mesmo que a estrutura de base condicione (mas nem sempre determine) a consecução de alguns *lugares* e de algumas trajectórias (projectadas ou não) na estrutura social. Daí que, revestida de considerável pertinência sociológica, a conclusão de Brake (1990: 198) apontasse para que

"Youth cultures are a response to the combined experience of being primarily a location in the labour force, or in the domestic labour sphere, social class and the experience of the a reality mediated by the primary indicators of sex, race and class, and the secondary indicators of geographical location, neighbourhood, generation, leisure, social control and hegemony. Youth culture is an essay in experiencing this, accepting some of it and resisting other features".

De igual modo, a centralidade das esferas do consumo e dos lazeres na unificação de uma cultura juvenil, genericamente considerada, parece também ganhar expressão quando a análise de contextos mais atípicos dos que tendencialmente mais a enformam, potencia a problematização da

(pessoal e do país), embora também alimentem alguns temores, designadamente em relação às dificuldades de inserção profissional; começam a dar indícios de abertura aos chamados valores de natureza 'pós-materialista' (em particular aos valores de ecologia, da paz e da liberdade); enfim, dão mostras de adesão a valores hedonistas, ao privilegiarem uma ética convivalista e ao mostrarem-se receptivos a uma socialização através do consumo e do lazer".

⁷⁶ Como refere Brake (1990: 191), "Young people need a space in which to explore an identity which is separate from the roles and expectations imposed by family, work and school. Youth culture offers a collective identity, a reference a group from which youth can develop an individual identity".

juventude como simples receptáculo de influências externas a esses contextos. De facto, quando transportados para as práticas de consumo juvenis numa pequena comunidade de cariz rural, a partir do trabalho de campo efectuado por Silva (1994), constatou-se a vulnerabilidade dos jovens na manutenção de uma matriz cultural identitária por referência aos valores de cariz rural, quando confrontados com os padrões de consumo e de lazer de meio urbano. Deste modo, favorece-se a emergência de "identidades juvenis extremamente problemáticas", já que, na opinião do autor, a

"maior exposição de grupos juvenis populares e suburbanos a bens, valores e comportamentos da cultura urbana crie [...] possibilidades apropriativas e, portanto, alguma possibilidade de serem sujeitos, se não na relação de criação cultural, pelo menos na de manipulação activa dos bens culturais consumidos e, assim, da recriação desses bens" (Silva, 1992: 202).

Ao mesmo tempo que se assiste a uma socialização dos jovens mais marcada pela *ética do consumo*, assiste-se concomitantemente à entronização de valores que conduzem ao individualismo dos modos de vida.⁷⁷ Esta perspectiva não deixa de estar bem patente nos trabalhos sobre a juventude portuguesa, sobretudo quando se fez transparecer a ênfase que os jovens colocavam na *realização pessoal*, nas esferas escolar, profissional e afectiva. Contudo, este declínio das dimensões de referência mais colectivas⁷⁸, não foi acompanhado por um movimento idêntico nas

⁷⁷ Este individualismo foi aliás bem expresso nas palavras de Lipovetsky (1989: 9-10) quando afirmou que "o direito de o indivíduo ser absolutamente ele próprio, de fruir ao máximo a vida, é inseparável de uma sociedade que erigiu o individualismo em valor principal e não passa de uma última manifestação da ideologia individualista; mas foi a transformação dos estilos de vida associada à revolução do consumo que permitiu este desenvolvimento dos direitos e desejos do indivíduo, esta mutação na ordem dos valores individualistas". Sobre a individualização centrada nos trajectos de vida, consultar Nilsen (1998).

⁷⁸ Vem a propósito um artigo de Reimer (1995) em que, reportando-se a um conjunto de dados de uma pesquisa sua referente aos jovens da Suécia, se constatou que as escolhas juvenis não pareciam ter sido grandemente afectadas pela individualização dos estilos de vida (individualization of *lifestyles*). Como refere este autor, o que parece mais significativo é denotar-se uma grande heterogeneização das actividades juvenis e mesmo entre os vários escalões etários: "What this means is that even if the choice of lifestyle remains structured, young people will choose different activities. The links with socioeconomic factors will continue

esferas relacionais e de convivialidade. A este individualismo não deverá ser alheia uma ideologia concorrencial de tipo neoliberal, que induz o indivíduo "dans son travail, ses loisirs ou sa vie affective, [à] conduire sa vie comme un vrai professionnel de sa propre performance" (Ehrenberg, 1991: 16). Estaríamos assim em presença de um novo *actor de massa*, em que

"Chaque individu doit alors s'inventer lui-même dans le présent en se singularisant par son action personnelle. Ouvriers, employés, cadres, chefs d'entreprises ou chômeurs, chacun est convié à avoir son projet personnel et à développer son potentiel propre" (Id. Ibid.: 17).

7. A sociologia da pós-linearidade: desenvolvimentos recentes em *Ganchos Tachos e Biscates* (J. Machado Pais)

Com esta secção encerramos este capítulo centrado na problemática juvenil, no qual procuramos dar uma particular visibilidade aos estudos desenvolvidos sobre os jovens portugueses. Como seria inevitável, e dada a sua prolixa contribuição teórica e empírica para o conhecimento sociológico da realidade portuguesa, emergiu ao longo deste texto com grande centralidade o nome de José Machado Pais. Tivemos a responsabilidade de assumir, em Braga, a apresentação pública da sua obra *Ganchos, Tachos e Biscates. Jovens, Trabalho e Futuro*, em finais de Novembro de 2001. Dada a importância desta obra, que ultrapassa largamente o âmbito da *sociologia da juventude*, e porque o texto que então escrevemos se revestiu de grande significado autoformativo no percurso deste nosso trabalho, achámos pertinente incluí-lo aqui, mesmo que do ponto de vista da escrita rompa com o registo mais austero até agora adoptado. Trata-se de uma leitura mais subjectiva, que resvala aqui e ali para um discurso de tipo panegírico, mas

to be strong, but *differences in ways and means of expression will increase*" (p. 139; *italico* no original).

que não deixa, também, de se constituir como uma via possível para reflectir sobre a actual condição juvenil.

No labirinto da nossa memória, sobretudo na dimensão que nos remete para o contexto de aprendizagem da instituição escola, a leitura deste livro, começando pela representação pictórica da capa, reavivou-nos uma particularidade do conhecimento histórico: a existência de labirintos em alguns castelos e palácios, nomeadamente nos respectivos parques e jardins, onde a aristocracia ociosa se divertia e ocupava algum do seu tempo. Consta-se que o labirinto do Palácio de Versalhes era o maior e o mais famoso. Numa altura em que o *destino* da grande maioria da população não era sequer problematizado, em que a *linearidade* dos percursos de vida tão pouco se colocava — tal era a clareza da definição dos sentidos de vida das estruturas sociais existentes (senhores e vassalos, os cidadãos e os não-cidadãos, os exploradores e os explorados, entre muitas outras contradições sociais) —, quase nos apetece arriscar que os labirintos então construídos com fins lúdicos para os mais favorecidos se expandiram para a vida social na sua globalidade, reificando-se como forma social de dominação.

Utilizada de forma muito pertinente e conseguida na ilustração dos processos de transição dos jovens para a idade adulta, nomeadamente como instrumento de ruptura conceptual — pois sugere-se sustentadamente que as transições podem deixar de o ser a qualquer momento —, a metáfora das *estruturas labirínticas da vida* pode, no entanto, ser transposta para a análise de outros grupos sociais e etários, ou não fosse a precarização do emprego uma preocupação candente de todos quanto dependem de um salário para a sobrevivência. E se a metáfora aludida tem assinaláveis potencialidades heurísticas na abordagem dos processos de transição, ao romper com a concepção linearística típica de outros tempos e lugares históricos e ao enfatizar a *desfuturização do futuro*, ilustrando concomitantemente a crise paradigmática do modelo civilizacional em que

vivemos, não deixa também ela de nos remeter para a (re)invenção do quotidiano, para os processos de construção e reconstrução de ideais e de soluções em contextos sociais e culturais contraditórios, cujos principais protagonistas são os jovens.

O livro que [agora] apresentamos, intitulado *Ganchos, Tachos e Biscates* — como afirma o autor "São bem mais sugestivas as expressões correntes que os jovens usam na sua quotidianidade - ganchos, tachos e biscates - para retratarem os seus curtos e repetidos sobrevoos pelo mundo do trabalho" (p.15) —, resulta de um aturado e rigoroso trabalho de pesquisa sobre os jovens que vivem situações de precarização do trabalho e de adiamento / suspensão e/ou cancelamento dos seus projectos de vida. Este trabalho debruça-se sobre jovens que buscam já não tanto formas de inserção profissional (conceito aliás que o próprio autor questiona), mas sobretudo possibilidades reais de inserção social. E neste sentido, a obra em análise constitui uma oportuna reflexão sobre os limites da cidadania e das instituições democráticas.

A descoberta dos "mundos de vida" dos jovens, com recurso a uma estratégia metodológica que assenta na desconstrução da linearidade dos sentidos tendencialmente vertida nos discursos produzidos pelos jovens nos relatos de vida analisados (foram entrevistados 14 jovens), conecta-nos igualmente com domínios do saber social (e sociológico), de problemáticas sociológicas, metodológicas, entre outras, e por isso mesmo fazem, doravante, deste trabalho uma obra de referência não compaginável tão-somente ao campo de conhecimentos teóricos e empíricos acumulados sob a égide de uma sociologia da juventude.

Alunos e professores, sobretudo das ciências sociais e humanas, beneficiarão certamente com a publicação deste trabalho, já que não encontrámos no panorama editorial português um trabalho que desenvolva e utilize as metodologias qualitativas como José Machado Pais o fez neste livro, mais concretamente no que respeita à utilização das técnicas de *análise de conteúdo*, com os decorrentes resultados nas reflexões e

conclusões produzidas. Daqui se deduz que pode constituir de igual forma um bom *manual* de metodologia qualitativa. Diga-se, em abono da verdade, que já no seu trabalho (clássico) *Culturas Juvenis* o autor tinha demonstrado objectivamente os bons resultados de um rigoroso trabalho de campo, predominantemente etnográfico e de cariz mais subjectivo. A isto também não será alheio o capital teórico-conceptual (e a experiência da docência) em que o autor se referencia: a sociologia da vida quotidiana.

Do ponto de vista da análise da estrutura sócio-económica, a reflexão sociológica que o autor faz no capítulo I (intitulado “Trabalho Precário”) constitui um estimulante contributo à compreensão de *zonas-sombra* da nossa sociedade, zonas essas onde muitos jovens se acercam para, a partir daí, se integrarem nas dinâmicas juvenis do consumo. José Machado Pais procura neste capítulo dissertar sobre a reestruturação da economia em curso, acelerada ainda mais pelo processo de globalização, no intuito de dilucidar e compreender as decisões dos jovens ao procurarem enfrentar criativamente os 3 (três) DDD — dilemas, dificuldades e desafios —, quando *sobrevoam* o mundo do trabalho. Os ganchos, tachos e biscates constituem assim as respostas juvenis ao bloqueamento do mercado de trabalho. Mas a crítica mais incisiva que o autor faz neste domínio, refere-se à camuflagem que os sistemas nacionais de produção de estatística fazem aos números do desemprego. Tradicionalmente elevadas, as estatísticas do desemprego juvenil não revelam a realidade, na medida em que oficialmente os jovens que configuram essa situação nem sempre obedecem aos requisitos formais da categoria. Nesse sentido o autor prefere utilizar a categoria emergente de *não emprego (jovem)* e, deste modo, consegue-se com alguma surpresa vislumbrar a duplicação da taxa dos que efectivamente não desempenham uma actividade produtiva.

Ainda nesse capítulo, as asserções sociológicas mobilizadas pelo autor revelam-se significativas quando parte para a desmontagem das estruturas ideológicas que se construíram social e politicamente como solução para o problema do desemprego (juvenil). Apoiando-se em Robert

Merton, José Machado Pais utiliza um conjunto articulado e empiricamente sustentado de argumentos críticos para desmistificar o carácter profético da formação profissional. Assim a reflexão do autor carrega no sentido de *abater as profecias* sobre a importância da formação profissional como garante de inserção no mercado de trabalho, sublinhando a (idêntica) probabilidade de um desempregado ficar desempregado após a formação profissional, pondo a tónica na falta de emprego como justificação principal para o desemprego.

Decorrente desta parte do livro e transversal a todas as análises produzidas, a escola tem um papel de destaque — inclusive no discurso dos jovens, ainda que estes tendam a acentuar a sua desadequação em relação ao mercado de trabalho —, sendo possível encontrar no autor a defesa de uma concepção de educação como possibilidade de dignificação e enriquecimento pessoais, longe de se constituir como (e apenas) um simples instrumento de mobilidade social. Igualmente neste sentido, esta obra acaba por nos conduzir ao descartar da crítica simplista da desadequação da escola ao mercado de trabalho e à rejeição dos arautos do mercado que viam com bom agrado esta funcionalidade da escola. Aliás, como alguns autores têm vindo a alertar, desistir do projecto emancipador da escola, apesar da denotada "crise" de legitimidade social que evidencia, enfatizaria ainda mais a pressão que se tende a colocar nos indivíduos, ao responsabiliza-los exclusivamente pelo ónus do desemprego. A *empregabilidade* e a *aprendizagem ao longo da vida*, pelos modos como vem sendo discutidas e atreladas ao paradigma económico-tecnológico, poderão ser discutidas dentro em breve como *novas profecias* susceptíveis de abatimento, para parafrasear o autor.

A desinstitucionalização da escola, na óptica do autor, e a *crise do projecto de socialização* como designa o sociólogo da educação francês J.-L. Derouet (2001b), traz a escola para o centro do debate sobre o que deve ser e o que deve ensinar a escola. Desde logo, por uma questão de falta de tempo nesta apresentação, preferimos apelar (como por exemplo o fez

Almerindo Afonso [1999]) para o não abandono do projecto (inacabado) da construção da escola básica, universal, obrigatória, gratuita e democrática. Como bem refere Machado Pais, os jovens adoptando a *ética da cigarra* “investem no presente, que contrasta com a rotina dos tempos lectivos prescritivos” (p. 415). Tal facto, argumenta o autor sustentando-se em Paulo Freire, impede a consecução de uma *pedagogia da autonomia*, que concebe o ensino não como uma transferência de conhecimentos, mas como a criação de *possibilidades para a sua produção*.

Para além destes domínios esta obra constitui igualmente um importante contributo para o estudo das *margens* da sociedade, nomeadamente no que respeita às problemática do desvio (ainda que o autor não goste deste termo) e da toxicodependência. Os capítulos dedicados aos jovens que *mendigam um carrinho do supermercado* (cap. 5), às *jovens acompanhantes* (cap. 7), aos *jovens arrumadores de carros* (cap. 8) e aos jovens que praticaram *ganchos ilícitos* (cap. 9), constituem um espólio riquíssimo de testemunhos que só podem ajudar reflectir sobre a condição humana e o seu futuro.

Na parte final da conclusão o autor profere a seguinte afirmação: “Não há fuga possível ao labirinto da vida; o que importa é saber viver a vida no labirinto que a constitui” (p. 424).

Com esta ideia, deparamo-nos novamente a vasculhar no labirinto da nossa memória, da qual recuperámos uma cena da mitologia clássica: O Labirinto de Creta. Ao que parece Minos, o rei de Creta, pediu ao arquitecto Dédalo para construir um labirinto para aí encerrar o Minotauro. Não nos lembramos porquê. Sabemos que Minos prendeu posteriormente nesse labirinto o próprio Dédalo. No entanto este conseguiu fugir, com o seu filho Ícaro, fazendo umas asas com penas de aves e cera. De Ícaro sabemos o destino: de tanto se aproximar do Sol viu as asas derreter e caiu no mar. Pelos vistos o seu *projecto* foi demasiado ambicioso. Quanto ao pai, voltamos a não nos lembrar do seu fim.

Será que aquela afirmação de José Machado Pais não poderá traduzir uma reactualização contemporânea deste mito?